

Auditoria nas movimentações do publicitário Marcos Valério identifica a origem de depósitos realizados na conta da SMP&B no Banco Rural; sub-relator Gustavo Fruet descarta versão de empréstimos ao PT

CPI dos Correios descobre a conta-mãe do "valerioduto"

Segundo o sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, deputado Gustavo Fruet, mais de R\$ 200 milhões que circularam pela chamada conta-mãe vieram do próprio Marcos Valério, de sua mulher, Renilda Santiago, das empresas do casal e de outras – como a Co-

sipa, a Usiminas e a Telemig Celular –, do Banco Rural e das prefeituras de Contagem e de Betim, que tinham contratos de publicidade com a DNA e a SMP&B. O sub-relator ressalva que a identificação dos depósitos não implica que todas essas fontes tenham contribuído para o esquema, mas,

de acordo com Gustavo Fruet, já há motivos para afirmar que o dinheiro depositado pelos bancos não tinha origem em empréstimos. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, deve anunciar na terça-feira as empresas de auditoria que serão contratadas para auxiliar as comissões.

PÁGINAS 3 A 7

Votação da MP do Bem aguarda acordo na Câmara

Com 28 modificações incluídas pelo Senado, a MP do Bem depende de entendimentos na Câmara dos Deputados para continuar em vigor. A principal colaboração dos senadores foi ampliar o prazo de renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS.

PÁGINA 11

Exploração de florestas públicas vai ao Plenário

O projeto do Executivo sobre gestão de florestas públicas foi aprovado na Comissão de Justiça depois de acordo e muita polêmica. Ficou acertado que o senador Jefferson Péres apresentará novo projeto para corrigir imperfeições da proposta que será examinada pelo Plenário.

PÁGINA 9

Uma semana no Senado para valorizar a pessoa com deficiência

PÁGINA 2

A história do bispo que parou o projeto do São Francisco

PÁGINA 12

A briga dos juros altos com a geração de empregos

PÁGINA 9



CACIO MURILO/AGÊNCIA SEBRAE

Vista geral de fábrica de calçados em João Pessoa: Senado debate a criação de empregos

— cidadania

Argumentos para definir o voto no referendo

Os eleitores estão convocados a ir às urnas no dia 23 para decidir se o comércio de armas e munições deve ou não ser proibido no país. Conheça nesta edição os argumentos a favor e contra a proibição, segundo as organizações não-governamentais Viva Rio e Movimento Viva Brasil.

PÁGINA 16



GERVÁSIO BAPTISTA/ABR

Sim, não, branco ou nulo – essas são as opções que o eleitor terá à sua disposição

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

Pessoas com deficiência têm semana de valorização

Dados do IBGE mostram que 25 milhões de brasileiros nasceram ou adquiriram, ao longo da vida, algum tipo de deficiência. O que deve ser feito para que essas pessoas tenham plena cidadania é tema central da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que vai ser realizada no Senado entre 17 e 23 de outubro.

A abertura será às 11h do dia 18, no Salão Negro do Congresso. Os atores Marcos

Frota e Bruna Marquezine, que representam deficientes visuais em novela de TV, o iatista Lars Graell e o artista plástico Siron Franco estarão presentes. Haverá exposições sobre os esforços para dar aos deficientes uma vida melhor. No dia 19, das 8h às 18h, será promovida a videoconferência "Acessibilidade: passaporte para a cidadania", no Interlegis.

A Semana de Valorização mostrará o que a Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa

com Deficiência, presidida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), faz por essas pessoas, incluindo os resultados alcançados pela Comissão de Acessibilidade. Haverá exposições de arte produzida por pessoas com deficiência integrantes de entidades como a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Também será lançado o site do Senado adaptado para deficientes visuais e assinatura de atos administrativos para facilitar desde o acesso desse público à Casa até a contratação de pessoas com deficiência para a aplicação de cotas. A Secretaria de Editoração doará publicações em braile.

Também será lançado o site do Senado adaptado para deficientes visuais e assinatura de atos administrativos para facilitar desde o acesso desse público à Casa até a contratação de pessoas com deficiência para a aplicação de cotas. A Secretaria de Editoração doará publicações em braile.

Grupo contra a burocracia começa a trabalhar

Um grupo de quatro senadores terá 30 dias para apresentar propostas legislativas capazes de reduzir o excesso de burocracia no país. O grupo de trabalho será criado oficialmente nesta terça-feira, em solenidade na Presidência do Senado, marcada para as 15h. Presidido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), o grupo é integrado ainda pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil é o quarto país mais burocrático do mundo. Estima-se que cerca de 5% do produto interno bruto (PIB) são desperdiçados por entraves burocráticos. Abrir uma empresa no Brasil leva três vezes mais tempo, 152 dias, que a média mundial. Para poder exportar, uma empresa gasta 39 dias com formalidades legais.

Os quatro senadores vão estudar formas de unificar e simplificar a legislação para a abertura e fechamento de firmas, além de propor medidas de simplificação tributária e para desburocratizar os serviços públicos. Também devem elaborar proposta de um Estatuto da Desburocratização.



Entre os vários eventos previstos, Semana de Valorização terá mostra de artesanato feito por crianças com deficiência

Aprovados projetos em favor de deficientes e de controle do SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na última quinta-feira, em decisão terminativa, o projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que altera o teto de renda familiar per capita na concessão do benefício de prestação continuada para pessoas com deficiência. A proposta (PLS 179/04) exclui do cálculo a aposentadoria de até um salário mínimo que algum membro da família receba.

A Constituição garante um salário mínimo mensal ao deficiente e ao idoso que não tenham meios próprios de sobrevivência, mas a Lei Orgânica da Assistência Social restringe a concessão do benefício, ao limitá-lo às famílias com renda mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo.

A CAS também aprovou, em decisão terminativa, projeto (PLS 71/03) do senador Tião

Viana (PT-AC) que obriga os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestar contas ao Congresso e ao governo federal. O projeto determina o envio de

relatórios trimestrais, com detalhamento de total de verbas, fonte de recursos e serviços prestados. Os dados serão debatidos em audiências.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

10h30 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ética - Após votar requerimentos, o conselho realiza a audiência pública "A ética e os meios de comunicação", com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Melo, o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Denis Lerrer Rosenfield, e o jornalista Carlos Chagas.

TERÇA-FEIRA

9h30 - ASSUNTOS ECONÔMICOS

FGTS - A comissão deve examinar proposta que autoriza a antecipação do pagamento de complemento de atualização monetária em contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e também projeto que estimula a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos.

10h - CPI DOS CORREIOS

Fontes Financeiras - A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras deve ouvir Najun Turner, dileiro que já havia sido investigado pela Polícia Federal durante a Operação Uruguaí do ex-presi-

dente Fernando Collor. Atualmente, Turner é suspeito de ser o verdadeiro dono da trading Natimar, que movimentou R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério no exterior.

11h - AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA



Tabaco - A comissão promove debate em Cruz das Almas (BA) sobre a Convenção-

Quadro para o Controle do Tabaco, com a participação de representantes de fumicultores e dos ministérios da Saúde e da Agricultura.

14h - CPI DOS CORREIOS

Fontes Financeiras - A sub-relatoria de Fontes Financeiras ouve Carlos Alberto Quaglia, responsável legal da Natimar.

QUINTA-FEIRA

10h30 - CPI DOS CORREIOS



Contratos - A Sub-Relatoria de Contratos ouve o ex-diretor dos Correios Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, o ex-assessor da Secom Marcos Vinícius Di Flora e o sócio da agência de Correios franquizada Anchieta (SP), Paulo Roberto Kress Moreira.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

11h - Sessão especial

Criança e professor - Os senadores promovem sessão para homenagear os dias da Criança e do Professor.

14h - Sessão deliberativa

Desarmamento - O projeto de lei de conversão (24/05) à MP 253/05 é o primeiro item da pauta. Ele amplia até 23 de outubro o prazo para a entrega voluntária de armas para a campanha do desarmamento.

Clubes de futebol - A segunda medida provisória (254/05) revoga a MP 249/05, que criou a Timemania, loteria destinada a arrecadar recursos para o pagamento de dívidas dos clubes de futebol com o governo.

Gestão de florestas - Os senadores podem votar o novo modelo de gestão das florestas públicas (PLC 62/05). O texto, que tramita em regime de urgência constitucional, regulamenta a exploração florestal e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). **Autor:** Presidência da República.

Cargos públicos - Também tramita em regime de urgência o projeto que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais (PLC 55/05). **Autor:** Presidência da República.

Servidores - Votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira dos servidores civis e mi-

litares do ex-Território Federal de Rondônia. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Municípios - O substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 12/04) que exclui os municípios criados até o fim do ano 2000 da aplicação da Emenda Constitucional 15 - que limita a criação de municípios. **Autor:** senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Meteorologia - Pode ser votada ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/03) que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessenko (PT-MT).

Zona Franca - A proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira também está na pauta para votação em primeiro turno. **Autor:** senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Segurança - O projeto que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04) também pode ser votado. **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

QUARTA-FEIRA

Feriado. Não há sessão.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende das votações anteriores.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não deliberativa.

CRISE POLÍTICA Dinheiro viria do próprio Marcos Valério, de sua mulher, de empresas e prefeituras

Descoberta origem de R\$ 200 milhões



A auditoria das contas do empresário Marcos Valério pela comissão técnica da CPI dos Correios já identificou a origem de depósitos realizados na conta da SMP&B no Banco Rural que abasteceu o "valerioduto", batizada de "conta-mãe". O dinheiro que circulou pela conta, mais de R\$ 200 milhões, veio do próprio Marcos Valério, de sua mulher, Renilda Santiago, das empresas do casal e de outras – como Cosipa, Usiminas e Telemig Celular – e das prefeituras de Contagem (MG) e Betim (MG), que possuíam contratos de publicidade com a DNA e a SMP&B, e do Banco Rural.

O sub-relator de Fontes Financeiras, Gustavo Fruet (PSDB-PR), ressalta que a identificação dos depósitos não implica que todas essas empresas tenham contribuído para o esquema, mas, segundo ele, já há motivos para afirmar que o dinheiro deposita-

do pelos bancos não tinha origem em empréstimos.

– Esse dinheiro foi dado ao Marcos Valério. Ele contabilizou R\$ 34 milhões como empréstimo do Banco Rural, mas a instituição deu apenas R\$ 18 milhões. Ele vai ter que explicar de onde vieram os R\$ 16 milhões que faltam – explicou Fruet.

Antes de identificar as fontes da "conta-mãe", a comissão já havia apontado que por ela passaram cerca de R\$ 200 milhões a mais do que os R\$ 55 milhões que o publicitário admite ter repassado a políticos. Alguns dos saques da "conta-mãe" encontrados pela CPI antecedem a data do primeiro empréstimo da lista de Valério.

Fruet também reafirmou que não há qualquer indício de que o dinheiro do "valerioduto" tenha sido emprestado pelo empresário ao PT – nem contratos e nem registros da dívida com as empresas. O deputado ainda ressaltou que, se a tese dos empréstimos fosse verdadeira, Valério não teria de ir à Justiça para comprová-la. Contudo, em

nota à imprensa, o empresário mineiro manteve a versão dada às CPIs e criticou Fruet.

– Ele teria um contrato, uma nota promissória ou outro título executivo para cobrar diretamente a dívida – afirmou o deputado, que também questiona por que os repasses foram feitos diretamente para indicados dos políticos e não por intermédio do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

CPIs ganham reforço nas investigações

A revelação de detalhes sobre a "conta-mãe" do "valerioduto" foi feita na semana em que as CPIs dos Correios e do Mensalão, cobradas a apresentarem mais resultados, intensificaram suas atividades, com a aprovação de mais de cem requerimentos e a audiência de nove depoentes (veja páginas 4 e 5).

No início da semana, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, se reuniu com os presidentes, relatores e membros das três CPIs em funcionamento. O resultado da reunião foi a

ampliação do corpo técnico e do espaço físico das comissões, que receberam sinal verde para a contratação de auditorias independentes para analisar contas de fundos de pensão e demais movimentações financeiras de contas que tiveram sigilos quebrados. O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anuncia nesta terça-feira quais auditorias farão o trabalho.

Com essas medidas, a expectativa é que as comissões possam cumprir seus prazos iniciais, de 180 dias. Porém, tanto Renan quanto os membros das CPIs entendem que, caso seja necessá-

rio, os prazos serão prorrogados, mesmo com a possibilidade de as investigações invadirem um ano eleitoral. "Prefiro responder por excesso de apuração do que por omissão", afirmou Renan.



O publicitário Marcos Valério ainda deve explicar à CPI de onde vieram R\$ 16 milhões

A radiografia das denúncias

MENSALÃO

Denúncia: o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) acusou o governo de pagar a deputados da base de apoio do governo, especialmente do PL e do PP, R\$ 30 mil mensais (o "mensalão") em troca de apoio no Congresso. O dinheiro seria pago por intermédio de Marcos Valério.

O fato: as investigações das CPIs revelaram que diversos parlamentares receberam dinheiro do "valerioduto". Os maiores saques até agora comprovados, efetuados numa agência do Banco Rural em Brasília, foram feitos por lideranças do PL, do PP, do PMDB e do PT. As CPIs sugeriram a abertura de inquérito contra 18 deputados. Desses, apenas Roberto Jefferson já foi cassado. Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Valdemar da Costa Neto (PL-SP) renunciaram para evitar a cassação.

O que será feito: a CPI do Mensalão toma depoimentos dos beneficiários do "valerioduto". Dezenas de quebras de sigilos bancários, telefônicos e fiscais estão sendo analisadas. Os deputados e seus assessores dizem que o dinheiro pagou dívidas de campanha. Mas as comissões também vêem relação entre os períodos dos saques com votações importantes no Congresso, o que caracterizaria compra de votos. A CPI dos Correios está identificando a origem do dinheiro.

CORREIOS

Denúncia: o ex-funcionário Maurício Marinho apontou um esquema de cobrança de propina de fornecedores da estatal, em gravação de vídeo que deflagrou a crise.

O fato: o Tribunal de Contas da União (TCU) já verificou fraudes nos contratos de publicidade, da Rede Postal Noturna, do Sistema de Acompanhamento do Seguro Postal, de aquisição de cofres, de construção do Centro Operacional e Administrativo de Florianópolis e nas franquias dos Correios. Os prejuízos ultrapassam R\$ 70 milhões.

O que falta fazer: o TCU ainda tem que analisar mais de 50 contratos da estatal. Falta identificar se os partidos políticos que indicaram apadrinhados para a estatal

(PT, PTB e PMDB) receberam o dinheiro das fraudes. Uma sub-relatoria da CPI trata dos contratos da estatal.

IRB

Denúncia: o ex-presidente do IRB Lídio Duarte acusou o PTB, que o indicou para o cargo, de cobrar R\$ 400 mil por mês de propina.

O fato: a assessoria técnica da CPI dos Correios já identificou que a estatal realizou investimentos em títulos que causaram prejuízo aos cofres públicos. A comissão ouviu na semana passada Lídio Duarte e o corretor Henrique Brandão.

O que falta fazer: a recém-instalada sub-relatoria da CPI dos Correios investiga o IRB.

PETROBRAS E GDK

Denúncia: O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira foi acusado pela imprensa de facilitar a contratação da empresa GDK pela Petrobras para reformar uma plataforma petrolífera.

O fato: O dono da GDK, César Roberto Oliveira, deu um automóvel Land Rover de mais de R\$ 70 mil ao ex-secretário-geral do PT. O TCU encontrou irregularidades em contratos da Transpetro, subsidiária da Petrobras.

O que falta fazer: ainda não foi comprovado que Sílvio Pereira ajudou a GDK. Mas a CPI dos Correios já convocou o dono da empresa e quer ouvir Sílvio Pereira mais uma vez.

FUNDOS DE PENSÃO/BANCO OPPORTUNITY

Denúncia: os dois são suspeitos de alimentar o "valerioduto". As operadoras de telefonia controladas pelo Opportunity, de Daniel Dantas, depositaram R\$ 150 milhões nas contas de Valério – valor considerado elevado para pagamento de serviços publicitários. Os fundos de pensão, por sua vez, aplicaram dinheiro nos bancos Rural e BMG e há suspeitas de que o lucro tenha sido usado para emprestar dinheiro a Valério.

O fato: parte das notas fiscais apreendidas em Belo Horizonte pouco antes de serem destruídas pelo contador de Valério

referiam-se a contratos com as empresas de telefonia controladas por Dantas. O Opportunity e os fundos de pensão brigam pelo controle da Brasil Telecom.

O que falta fazer: as auditorias contratadas pelas CPIs devem analisar contratos de Valério com empresas privadas, entre elas, as teles controladas por Daniel Dantas. As CPIs pediram ao Banco Central informações sobre investimentos dos fundos de pensão no Banco Rural e no BMG.

CONTRATOS DE PUBLICIDADE

Denúncias: o dinheiro do "valerioduto" também teria origem em fraudes nos contratos das agências de Marcos Valério com órgãos públicos.

Fatos: há irregularidades nos contratos das agências de Valério com os Correios e com o Ministério do Trabalho, de acordo com o TCU, e suspeitas sobre o contrato do Banco Popular. O empresário apresentou contrato de publicidade com o Banco do Brasil como garantia de um dos seus empréstimos no Banco Rural.

O que vai ser feito: auditorias particulares vão investigar os contratos de Marcos Valério com empresas privadas e o TCU analisará todos os contratos de publicidade da administração pública, inclusive aqueles firmados com outras agências.

BANCOS

Denúncias: os empréstimos que Marcos Valério teria tomado com os bancos Rural e BMG seriam apenas uma artimanha para disfarçar a origem do dinheiro. Há possibilidade de o "valerioduto" ter sido alimentado por dinheiro dos bancos interessados em receber vantagens do governo ou por contratos da administração pública fraudados, beneficiando os indicados pela cúpula do PT.

O fato: a versão dos empréstimos foi contestada pelo Banco Central porque as garantias apresentadas por Valério eram insuficientes. O empresário intermediou encontros dos presidentes do BMG e do Rural com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. No período

do esquema, o BMG ganhou privilégios na concessão de empréstimo consignado e empregou a ex-mulher de Dirceu, Ângela Zaragoza. O Rural, por sua vez, considerou quitado por R\$ 2 milhões um dos empréstimos de Valério cuja dívida acumulada era de R\$ 14 milhões. A presidente do Banco Rural assumiu perante a CPI dos Correios que Valério atuou como um "facilitador" para que sua instituição adquirisse a massa falida do Banco Mercantil. O procurador da Fazenda Glênio Guedes admitiu ter recebido recursos de sócio de Valério.

O que vai ser feito: as CPIs checam a origem dos recursos do "valerioduto".

DINHEIRO DO PT NO EXTERIOR

Denúncias: parte do dinheiro teria circulado ilegalmente pelas *tradings* Guaranhuns e Bônus-Banval e pela conta de Duda Mendonça, que recebeu R\$ 10,5 milhões nas Ilhas Cayman como pagamento de dívidas referentes à campanha eleitoral de 2002. O doleiro Toninho da Barcelona acusou o PT de movimentar dinheiro ilegal no exterior.

O fato: parte dos R\$ 10 milhões que Rogério Tolentino, sócio de Valério, repassou para a Bônus-Banval voltou para as contas do publicitário por meio de outras corretoras. A CPI já ligou as contas de Valério a diversas empresas com recursos no exterior.

O que vai ser feito: em parceria com o Ministério da Justiça, a CPI pediu a quebra dos sigilos da conta de Duda Mendonça e das corretoras envolvidas. As informações dependem de acordos celebrados entre o Brasil e o país de origem das contas. Para agilizar o processo, a CPI deve ouvir doleiros como Dario Messer, tido como um dos principais operadores do PT.



CRISE POLÍTICA Parlamentares devem se debruçar sobre movimentações internacionais mencionadas por doleiro

CPI quer saber mais sobre os dólares do "valerioduto"



Com base em informações do doleiro Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona, a CPI dos Correios decidiu aprofundar as investigações sobre movimentações financeiras suspeitas que podem ter servido para lavagem e remessa ilegal de recursos para o exterior, envolvendo contas do empresário Marcos Valério.

A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras acelera a apuração sobre o ramo internacional do "valerioduto". Ouve, na terça-feira, o doleiro Najun Turner, que teria ligações com as corretoras Bônus-Banval e Natimar, além de Carlos Alberto Quaglia, identificado como o dono da Natimar. Valério supostamente repassou R\$ 7 milhões ao PP por meio da Bônus-Banval.

Para coletar mais informações sobre o caso, a CPI quebrou na semana passada o sigilo bancário de corretoras, de empresas, incluindo todas as pessoas jurídicas do grupo Bônus-Banval, e de seus sócios Breno Fischberg, Enivaldo

Quadrado, entre outras pessoas listadas por Toninho da Barcelona, como a assessora do PP Rosa Maria Valente e Deusa Maria da Costa Silva, que teriam recebido dinheiro pela Bônus-Banval.

Os doleiros Dario Messer (que está sendo procurado pela Interpol), Najum Turner (marido de Deusa Maria) e Alberto Youssef também devem depor à CPI. Os dois primeiros foram apontados por Toninho da Barcelona de participar de esquemas envolvendo o PT. O último, que está preso no Paraná, é suspeito de ser o elo entre o líder do PP, deputado José Janene (PR), e a Bônus-Banval.

Na quinta-feira, a Sub-Relatoria de Contratos deve ouvir: Paulo Kress, dono de franquias dos Correios; o ex-diretor dos Correios Carlos Fioravanti, acusado de fraude em licitações; e o ex-funcionário da Secretaria de Comunicação da Presidência Marcos Flora, assessor do ex-ministro Luiz Gushiken, que teria se encontrado com Valério diversas vezes. A CPI quer saber se houve interferência da secretaria na contratação das agências de Valério por órgãos públicos.



Lando (E), presidente da CPI do Mensalão, e Abi-Ackel, em reunião que definiu agenda para outubro

Valério será acareado com sete sacadores

Entre os cerca de 40 requerimentos aprovados na semana passada pela CPI do Mensalão, está a acareação, no próximo dia 26, entre o publicitário Marcos Valério, a diretora financeira de sua agência SMP&B, Simone Vasconcelos, e os sacadores de dinheiro que constam de lista fornecida pelo empresário.

Entre os supostos sacadores, a CPI escolheu para fazer parte da acareação o ex-deputado Valdemar da Costa Neto (PL); o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; o assessor do PP João Cláudio Genu; o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos; e José Luiz Alves, que foi chefe de gabinete do então ministro Anderson Adauto no Ministério dos Transportes.

A CPI definiu ainda a agenda para todo o mês de outubro. Ne-

hum depoimento foi marcado para esta semana, em razão do feriado de quarta-feira.

Na terça-feira seguinte (18), a CPI ouvirá o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior, sobre a disputa pelo controle acionário da Brasil Telecom. Na quarta-feira (19), será a vez do ex-deputado Ronivon Santiago. Ele é acusado de ter recebido dinheiro para votar a favor

da emenda da reeleição em 1997. Na quinta-feira (20), o ex-assessor do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinho, acusado de sacar R\$ 450 mil das contas de Valério, falará à comissão.

Na última semana do mês, a CPI ouvirá dois ex-deputados acu-

sados de receber R\$ 200 mil cada em troca do voto para a emenda que permitiu a reeleição. Os ex-deputados Osmir Lins e Chicão Brígido serão ouvidos no dia 25.

A CPI aprovou ainda a convocação do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil

Ricardo Oliveira. Ele é suspeito de participar da suposta liberação de recursos para compra de votos no caso da reeleição. A decisão sobre a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico foi adiada para depois de sua oitiva.

O último depoimento marcado, para o dia 26, é do ex-secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional Márcio Lacerda, outro acusado de ter feito saques nas contas de Marcos Valério.

Próximo a depor deverá ser o presidente do Citibank, Gustavo Marin

Investigações de fundos de pensão ganham espaço

Uma linha de investigação que vai receber maior atenção das comissões parlamentares de inquérito dos Correios e do Mensalão (veja quadro na página 3) é a negociação de títulos públicos por fundos de pensão de estatais envolvendo corretoras em operações que podem ter resultado em prejuízo para o patrimônio dos segurados. Para essa razão, o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) assumiu na última semana a mais nova sub-relatoria da CPI dos Correios e anunciou que vai montar uma força-tarefa, com a participação da Companhia de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), do Banco Central (BC) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

Na mesma linha, as CPIs, também na semana passada, quebraram os sigilos de 12 corretoras que negociaram títulos públicos a pedido de fundos de pensão de estatais. A CPI dos Correios ainda convocou o titular da Secretaria de Previdência Complementar, Adacir Reis, para prestar esclarecimentos. "A CPI entra numa linha de investigação para eliminar as possibilidades. Ou seja, de onde surgiu o dinheiro de Marcos Valério: fundos de pensão, recursos no exterior ou contratos privados", afirmou o sub-relator de Movimentações Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Requerimentos aprovados

CPI dos Correios

ECT

- Convocação dos titulares das franquias mais lucrativas; do controlador da Aerpostal, Roberto Kfourri, que participou de licitações da Rede Postal Noturna; do dono da construtora Espaço Aberto, responsável por obra superfaturada dos Correios; e do empresário Edson Brockveld, acusado de superfaturar contrato dos Correios no governo passado.

- Quebra de sigilo das empresas Beta e Aerpostal e de seus sócios, que operaram a Rede Postal Noturna, da empresa de informática Positivo e de seus sócios; e dos ex-dirigentes da estatal Eduardo Medeiros e João Henrique.

Petrobras

- Convocação do dono da empresa de engenharia GD, César Oliveira, e do diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme de Oliveira Estrella.

IRB

- Convocação de André Luiz Baptista Lins Rocha, da Companhia Energética de Goiás; e Rubens Ghilardi, da Companhia Energética do Paraná. As duas empresas públicas eram seguradas pela Interbrazil, acusada de favorecimento.

- Convocação de ex-funcionários do IRB: Alessandro Luís, Juan Lorenzo, Luiz Apolônio Neto e Luiz Eduardo de Lucena.

- Solicitação de informações sobre os imóveis alienados pelo IRB nos últimos cinco anos e sobre quem os adquiriu.

- Quebra do sigilo da corretora Máster e do seu controlador, Rodolpho Bertola, e do dono da Natimar, Carlos Alberto Quaglia

Opportunity

- Pedidos de informações: lista dos cotistas do Opportunity Fund e relação de pessoas transportadas pelos aviões do Opportunity e do consórcio liderado pelo banqueiro Daniel Dantas.

- Transferência para a CPI das informações do disco rígido do computador apreendido pela Polícia Federal na sede do Opportunity e da lista de todos os cotistas do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman. (A CPI do Mensalão também aprovou requerimento com esse teor.)

Publicidade

- Planos de mídia do Banco do Brasil em 2003 e 2004.

- Cópia dos contratos celebrados pela Presidência com as agências de publicidade Matisse, Fisher América, Fischer Total, Fischer Justus, McCan-Erickson, Contemporânea, Ogilvy, Denilson Brasil, Rede Interamericana de Comunicação, Que, Giovanni FCB e Agnelo Pacheco.

Bancos

- Listagem dos empréstimos, suas garantias e renovações, concedidos pelo Banco Rural a empresas de Marcos Valério; lista dos processos apreciados pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, entre 1998 e 2005, envolvendo o Banco Rural.

- Informações do Banco do Brasil sobre auditorias na Visanet e na Servinet. A Visanet é um dos principais depositantes das contas de Valério.

- Informações sobre audiências de Marcos Valério com membros do Banco Central.

CPI do Mensalão

- Convocação de Jair dos Santos, motorista do ex-presidente do PTB José Carlos Martinez. Ele teria recebido dinheiro de Marcos Valério.

- Convocação de José Francisco Rego, ex-tesoureiro da Agência do Banco Rural em Brasília.

- Solicitação de informações ao Ministério da Previdência sobre investimentos feitos pelos fundos de pensão Petros, Previ e Funcef, que tiveram como intermediária a Angra Partners.

- Pedido de dados ao Ministério da Fazenda sobre o perfil da carteira do IRB no exterior como lastro para resseguros.

- Pedido de informações ao Banco Central sobre as contas CC5 do Banco Rural Europa S/A e Trade Link Bank, com o detalhamento sobre o local de abertura e movimentações financeiras.

- Quebra de sigilo das contas dos partidos com representação no Congresso que recebem recursos do Fundo Partidário.

- Pedido de dados à PF sobre os inquéritos em que conste o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Vítor Hugo Travassos.

CRISE POLÍTICA Comissões de inquérito tomam diversos depoimentos para identificar origem dos recursos

Estatais e doleiros na trilha do dinheiro

Dividida em várias frentes de investigação, a CPI dos Correios ouviu na última semana ex-dirigentes de estatais e doleiros. A Sub-Relatoria de Contratos tomou o depoimento de Marco Antônio Vieira da Silva, que respondeu aos parlamentares sobre prejuízos da ordem de R\$ 10 milhões nos Correios. Durante o depoimento do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte, foi anunciado um prejuízo de cerca de R\$ 15 milhões com fraudes na estatal. A mesma sub-relatoria que investiga o IRB ouviu Henrique Brandão, que teria sido designado pelo ex-deputado Roberto Jefferson para arrecadar recursos para o PTB naquele órgão. O procurador da Fazenda Glênio Guedes teve que explicar à Sub-Relatoria



de Fontes Financeiras por que seu pai recebeu R\$ 1,5 milhão do "valerioduto". Essa sub-relatoria tomou os depoimentos de dois doleiros, Jader Kalid e Haroldo Bicalho, que estariam ligados à movimentação de recursos dos publicitários Marcos Valério e Duda Mendonça no exterior.

Já a CPI do Mensalão recebeu o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos, um dos grandes sacadores da conta do Banco Rural da SMP&B em Brasília. José Luiz Alves, ex-chefe de gabinete do então ministro dos Transportes Anderson Adauto, também teve que explicar saques na conta da agência de Valério. Abaixo, os principais pontos de todos esses depoimentos.

Diretor dos Correios não explica fraudes

A perda pelos Correios das contas dos bancos Santander, Unibanco, Real e Itaú para suas próprias franquias causou um prejuízo de cerca de R\$ 10 milhões. O dado foi apresentado pelo sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), durante depoimento do diretor da estatal em São Paulo, Marco Antônio Vieira da Silva. Ele afirmou que os Correios haviam tomado as contas das franquias e, por "uma questão ética", os contratos voltaram para as agências.

Cardozo se disse espantado com o fato de fraudes em cerca de 20 franquias, na ordem de R\$ 2 milhões, terem sido detectadas sem alterar seu funcionamento, garantido, segundo Vieira da Silva, por liminares na Justiça. O diretor reconheceu a falta de critério para concessão de franquias, distribuídas sem licitação. Ele admitiu ter ouvido rumores de que os titulares das agências seriam "laranjas" de políticos.

Para o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), as franquias sofrem de "fraude endêmica".

PF traz André Marques à força

O presidente da seguradora Interbrazil, André Marques, foi trazido à força pela Polícia Federal (PF) para depor na CPI dos Correios na última quinta-feira. Segundo ele, a ausência na reunião do dia anterior, em que seria ouvido, ocorreu apenas porque recebeu a intimação tardiamente. O depoente reclamou da atuação da PF, que teria abusado da força.



André Marques

A Interbrazil é investigada pela PF devido a denúncias de obtenção de contratos de seguros de R\$ 4,6 bilhões com empresas estatais, apesar de ser pouco conhecida no mercado. A empresa teria obtido sucesso graças a informações privilegiadas passadas por Adhemar Palocci, diretor da Eletronorte e irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao financiamento de candidatos do PT em Goiás.

Marques admitiu a contribuição financeira a vários partidos políticos (incluindo o PT), mas negou acusações de financiamento do caixa dois petista e de tráfico de influência por meio de Adhemar Palocci.



JOSE CRUZ

Organizada em sub-relatorias, CPI dos Correios ouviu ex-dirigentes dos ECT e do IRB, além de corretor de seguros e doleiros

Identificados prejuízos no IRB

Com base em dados do TCU, o sub-relator para investigações relacionadas ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Carlos Willian (PMDB-MG), afirmou que a estatal teve prejuízo de US\$ 5 milhões nos investimentos internacionais. Além disso, informou, uma apólice de seguro foi elaborada de forma fraudulenta, que deu origem a uma indenização de R\$ 15 milhões.

O anúncio foi feito durante a reunião que ouviu o ex-presidente do IRB Lídio Duarte, que manteve a versão que deu à Polícia Federal em que desmentiu as acusações que fez na imprensa contra o ex-presidente do PTB Roberto Jefferson. Duarte, indicado para o cargo pelos petebistas, admitiu conhecer o empresário Marcos Valério.

Ex-presidente da Casa da Moeda contesta acusação

O ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos negou em depoimento à CPI do Mensalão ter feito saques no valor de R\$ 2,7 milhões das contas do empresário Marcos Valério, conforme consta da lista de sacadores entregue à comissão. Mas o depoente admitiu que a campanha de Benedita da Silva (PT) ao governo fluminense em 2002 recebeu R\$ 170 mil das contas de Valério.

Santos mencionou sete encontros com Valério entre 2003 e 2004, apenas para tratar de assuntos da Casa da Moeda, como a fabricação de cartões telefônicos. Para o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), a relação de Santos com Valério era promíscua, uma vez que envolvia também a operadora de telefonia Brasil Telecom, que era atendida pela publicidade do empresário.

Corretor nega ligação com o PTB

Também foi ouvido o corretor de seguros Henrique Brandão, acusado de ser o responsável pela arrecadação de recursos para o PTB a mando de Roberto Jefferson. Ele é dono da corretora Assurê, onde já trabalhou o genro do petebista, Marcos Vinícius Ferreira. Brandão negou todas as acusações e assumiu ser amigo, "um irmão", de Roberto Jefferson.



Brandão

De acordo com as denúncias, a corretora de Brandão teve um crescimento significativo no volume de contratos do IRB e de outras estatais, conforme avaliação da Polícia Federal.

Bicalho diz não conhecer Valério

Apontado como doleiro na ramificação internacional do "valerioduto", Haroldo Bicalho negou operar câmbio irregular no exterior e disse não conhecer Marcos Valério. Para o sub-relator Gustavo Fruet (PSDB-PR), o depoimento "foi uma sucessão de mentiras e contradições".

Preso pela Polícia Federal durante a Operação Farol da Colina, Bicalho alegou inocência, mas reconheceu ter encontros semanais com o sócio de Valério, Cristiano Paz, pois os dois teriam "interesse em motos". Ele admitiu ter indicado o policial Davi Rodrigues Alves, apontado como um dos principais sacadores das contas do empresário, para fazer transporte de valores para Cristiano Paz.

Kalid se limitou a "defender clientes"

O doleiro Jader Kalid, que, segundo Marcos Valério, seria o responsável pelo repasse de R\$ 10,5 milhões para a conta de Duda Mendonça no exterior, negou a acusação. Confrontado com cópias de fax enviadas a ele por Geiza Dias, funcionária de Valério, em que apareciam confirmações de transferências de mais de US\$ 100 mil para a conta Dusseldorf, aberta por Duda Mendonça, Jader garantiu que apenas procurou averiguar o recebimento dos valores, a pedido de Geiza, não tendo responsabilidade pela transferência. Para Gustavo Fruet, Kalid se limitou a "defender seus clientes".

Glênio Guedes diz que recebeu por consultoria

A sub-relatoria ouviu o procurador da Fazenda Glênio Guedes, cujo pai recebeu quase R\$ 1,5 milhão de uma das empresas ligadas a Marcos Valério. A CPI suspeita que ele tenha recebido os recursos para interceder em favor do Banco Rural nos processos que a instituição responde no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, que tinha o procurador como um dos membros.



Glênio Guedes

Guedes negou o tráfico de influência e justificou os depósitos como pagamento por serviços que prestou à empresa de advocacia Tolentino e Melo Associados.

Guedes negou o tráfico de influência e justificou os depósitos como pagamento por serviços que prestou à empresa de advocacia Tolentino e Melo Associados.

CRISE POLÍTICA Para relator da CPI dos Bingos, encontro de cinco envolvidos no caso Gtech comprovou irregularidades

Em meio a agressões, acareação rende frutos



Apesar dos bate-bocas e das agressões pessoais que nortearam boa parte da superacareação dos cinco principais personagens da renovação do contrato de loterias entre Gtech e Caixa Econômica Federal, em 2003, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), considerou que o encontro comprovou as irregularidades em torno das negociações. Com isso, ele já analisa os nomes dos que deverão ser indiciados por participação nessa "rede de tráfico de influências e corrupção".

O senador, que pretende apresentar relatório parcial até o fim do mês, deve pedir o indiciamento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz, do advogado Rogério Buratti, do ex-diretor da

Gtech Brasil Marcelo Rovai e do advogado que atuava para a Gtech em 2003, Enrico Gianelli.

O único que poderá ficar de fora é o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que, aparentemente, teria tido menor participação nas negociações. Ainda precisa ser analisado o envolvimento de representantes da Caixa, segundo Garibaldi Alves.

- Rovai abriu a guarda quando disse que o pagamento de R\$ 5 milhões à MM Consultorias pelo trabalho em apenas uma medida cautelar teria sido irresponsabilidade da Gtech. Ficou comprovado que houve pagamento de propina - afirmou.

"Laranja vip" também poderá ser indiciado

Esse valor foi pago pela Gtech ao advogado Walter Santos Neto, apontado como o "laranja vip" da história. O montante, dividido

em parcelas, teria sido distribuído para diversas pessoas conhecidas de Neto, que, segundo o relator, também poderá entrar no rol dos indiciados.

Durante a acareação, Buratti disse que a Gtech ofereceu de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões para o PT, na pessoa do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em troca de facilidades para a renovação do contrato com a Caixa. O ministro teria recusado. No fim, a MM teria recebido a propina, cujo destino ainda não é conhecido.

Rovai disse que Buratti e Waldomiro tentaram, juntos, extorquir a empresa, mas na acareação eles negaram se conhecer.

Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União, a Caixa perdeu R\$ 433 milhões nos contratos firmados com a Gtech. A empresa recebeu R\$ 650 milhões por serviços prestados entre março de 2003 e abril de 2005.



Waldomiro empunha "mapa" levado por Gianelli (E) para mostrar a rota entre a Gtech, então dirigida por Rovai (D), e o governo



Buratti, que negou conhecer Waldomiro, trocou ofensas com o ex-diretor da Gtech



Cachoeira, que está desde o início no escândalo dos Bingos, pode passar ileso pela CPI

O que disseram os investigados

A primeira reunião entre Marcelo Rovai e Waldomiro Diniz teria acontecido no dia 13 de fevereiro por intermediação do empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. A renovação do contrato entre Caixa Econômica Federal e Gtech deveria ter acontecido no dia 1º de abril de 2003, mas só ocorreu no dia 8. Nesse período, dezenas de telefonemas e encontros interligam os depoentes, com a participação de Rogério Buratti e Enrico Gianelli.

Marcelo Rovai: Apontou Waldomiro e Buratti como "bandidos", que se conheciam e tentaram extorquir a empresa para que o contrato fosse realmente renovado.

"Mentira, não oferecemos propina alguma", disse, rebatendo as acusações de Buratti de que ofereceu dinheiro para o PT, relacionando as alterações nas datas de assinatura do contrato com os achaques de Buratti.

"O contrato continuaria de qualquer maneira porque a Caixa dependia da Gtech", afirmou, sobre a dependência tecnológica da empresa pública.

Waldomiro Diniz: Disse que foi ao encontro com a Gtech a pedido de Cachoeira e, como estaria sendo ventilado como lobista, teria ido esclarecer que seu nome não deveria ser usado para possíveis negociações com a Caixa. "Eu não trato desse assunto", teria dito a Rovai.

"Cachoeira também me pediu para dar teste-

munho sobre o relacionamento da sua empresa com a Loterj."

Nega ter forçado a indicação de um consultor para que fosse contratado pela Gtech. "Não conheço Buratti, nunca falei com ele."

Rogério Buratti: "Rovai fez uma proposta de propina para o PT, eu levei ao Ralf Barquete (à época consultor da Caixa), que levou ao ministro Palocci e ele rejeitou", disse, afirmando ainda que a proposta variava de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões.

"É uma vergonha universal, a Gtech pode tudo", falou ironicamente sobre a afirmação de Rovai de que o contrato seria assinado de qualquer jeito. "O senhor não deu certo aqui e foi mandado para o Chile", completou.

Enrico Gianelli: "Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da Gtech, afirmam que eu teria criado dificuldades ou estava envolvido em processo de achaque. O organograma (mapa do lobby) apresentado demonstra que isso não é verdade."

Disse que o atraso na assinatura do contrato ocorreu devido a problemas jurídicos com a Caixa, negando qualquer ingerência para a contratação de Rogério Buratti pela multinacional.

Carlos Cachoeira: "Vou até tirar os óculos para olhar em seus olhos. Eu comuniquei isso [em relação a ter dito que Waldomiro era cotado como um lobista para a Gtech]?. Isso é uma desfaçatez. Nunca comuniquei a ele (Waldomiro) que estavam usando seu nome", disse ao rebater Waldomiro.

Para CPI, Gtech pagou para renovar contrato com Caixa

Os senadores não têm dúvida: a Gtech pagou propina para conseguir renovar o contrato com a Caixa Econômica Federal.

- Essa acareação prova e comprova que no momento de negociação da Caixa com a Gtech houve jogo de influência, jogo de propina - disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), completando que ficou clara a existência de dois grupos ligados ao governo, em referência a Waldomiro Diniz, que era subchefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil, e Rogério Buratti, que teria ligações com a Caixa e com o Ministério da Fazenda.

Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), a grande preocupação é a "posição escravagista" que a Gtech impôs à Caixa. "A Gtech sabia que a Caixa não teria condições de assumir a parte técnica."

Além da dependência tecnológica, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou as decisões judiciais em favor da multi-

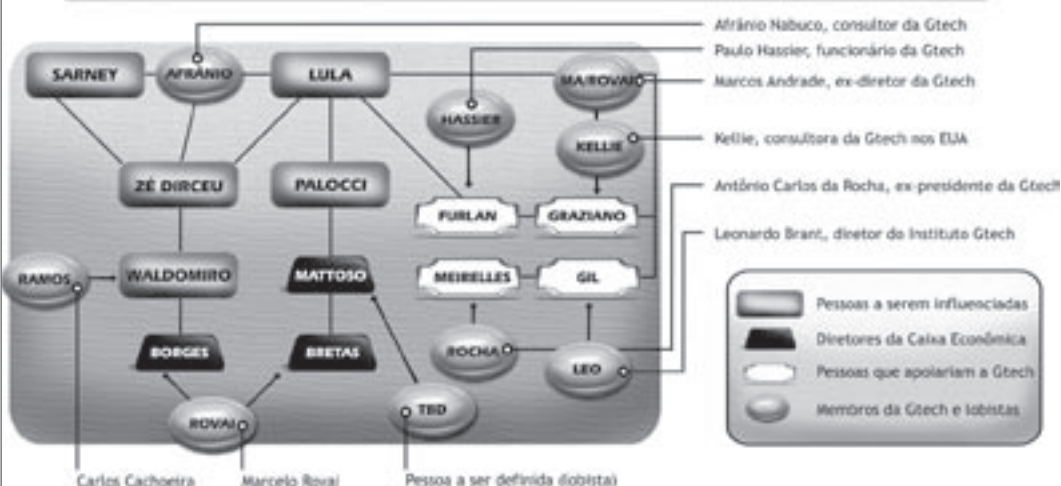
nacional. "Há suspeitas sobre as liminares que obrigavam a continuidade do contrato", expôs. A senadora informou que, para o próximo ano, a Caixa deverá se libertar definitivamente da Gtech.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que a Gtech tinha dificuldades para marcar reuniões com o banco estatal "porque tem uma fama ruim".

- A acareação foi bastante proveitosa, já que as contradições que foram exploradas pelos senadores. A partir dos depoimentos, fecharemos todas as lacunas. Temos tranquilidade em dizer que a multinacional utilizou laranjas e ofereceu propina - afirmou o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB).

Em um momento de descontração, o presidente da CPI perguntou quem seria bandido entre os cinco. Rapidamente o senador Tuma interveio, dizendo: "Aí é quadrilha, presidente!".

Mapa de influências da Gtech - Loterias



Empresa usava "mapa" para chegar a pessoas influentes

O advogado Enrico Gianelli entregou à CPI, durante a "superacareação", um mapa montado pela Gtech para chegar a pessoas influentes. O organograma, também entregue à Polícia Federal, chegava até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-diretor da empresa no Brasil Marcelo Rovai alegou que os nomes eram de pessoas "de bem", que deveriam ser "influenciadas positivamente", e

que quadro semelhante foi feito em relação a governos anteriores. Mas foi interrompido pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para quem aquelas eram pessoas que a multinacional desejaria subornar.

Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, aparece no mapa com a mesma classificação de seu ex-chefe, José Dirceu, e do ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

FOTOS: GERALDO MAGELA

CRISE POLÍTICA Governistas perdem votação e Gilberto Carvalho vai se confrontar com irmãos de Celso Daniel

CPI chama assessor de Lula para acareação



As afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a CPI dos Bingos fuge do seu foco de investigação não interferiram nas decisões da presidência da comissão, que já marcou para o próximo dia 26 a acareação entre o chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, e os irmãos de Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em janeiro de 2002.

Mais uma vez, os governistas perderam no voto a aprovação do requerimento, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), que pedia a acareação do chefe de gabinete de Lula com João Francisco e Bruno Daniel. Esse último depôs à CPI na última quinta-feira, ratificando as afirmações dadas no começo do mês de setembro por seu irmão [veja abaixo].

Ao saber da aprovação do requerimento, Lula disse em evento político que “estava esperando a CPI chamar um bingueiro”, o que irritou o presidente da Comissão, senador Efraim Moraes (PFL-PB).

– O presidente não cuida nem do governo dele, não tem que se

meter aqui na CPI – disse, durante audiência na comissão.

De acordo com o senador, a CPI “não é só bingo”, pois investiga também lavagem de dinheiro e crime organizado. “Se aparecem coisas novas, não podemos deixar de apurar”, justificou.

Para o relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a CPI não perdeu o foco. “Até porque o foco é a corrupção, que tem os seus tentáculos entrelaçando as máfias do lixo, do transporte e dos jogos”.

Juiz será ouvido antes da acareação

João Francisco e Bruno, irmãos de Celso Daniel, declararam à CPI que Carvalho contou a eles, na missa de 7º dia do ex-prefeito, e ainda em outras ocasiões, que era encarregado de levar a São Paulo e entregar a José Dirceu a propina arrecadada em empresas de transporte de Santo André, dinheiro que seria empregado na campanha eleitoral do PT.

Em reunião reservada na CPI, Carvalho negou as acusações, por isso está sendo bastante esperada a acareação. O senador Tião Viana (PT-AC) ponderou que poderia ocorrer na Polícia Federal, com a participação do Ministério Público, por se tratar de investi-

gação criminal, mas a proposta não foi aceita.

Antes da acareação, deverá ser ouvido pelos senadores o ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos, preso na Operação Anaconda. Ele revelou a existência de 42 gravações, no período de janeiro a março de 2002, que comprometeriam Gilberto Carvalho.

Segundo Mattos, Carvalho orientava pessoas sobre como agir e o que falar com relação ao crime, e ainda se mostrava preocupado com buscas no apartamento de Celso Daniel.

Também serão ouvidos o legislador Carlos Delmonte Printes, os delegados responsáveis pelo inquérito, Elizabeth Sato e Maurício Correia, o promotor Roberto Wider Filho, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira e o proprietário da Casa de Bingos em São Paulo, Nagib Fayad, envolvido com o escândalo da “máfia do apito”.

Foi adiada a votação do requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e de seu irmão, Adhemar Palocci.



Efraim, Mozarildo e Garibaldi, na CPI: críticas às declarações do presidente

CÉLIO AZEVEDO

BALANÇO DOS REQUERIMENTOS DA CPI

Convocações

- Médico-legista Carlos Delmonte Printes, que autopsiou o corpo de Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002.
- Ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos, preso na Operação Anaconda.
- Promotor de Justiça Roberto Wider Filho, que participa do inquérito sobre o assassinato de Celso Daniel.
- Delegados Maurício Correia e Elisabete Sato, que investigam a morte de Celso Daniel, após a reabertura do inquérito.
- Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, de maio de 2004 a julho de 2005.
- Nagib Fayad, envolvido no escândalo do apito (esquema em que árbitros de futebol manipulavam resultados dos jogos).
- César Olivier Dalston, auditor-fiscal da Receita Federal que apurou possíveis irregularidades em procedimentos de importação de máquinas de jogos.
- José Ângelo Beghini de Carvalho, consultor da International Gaming Technology (IGT) do Brasil Ltda., para prestar depoimento sobre o seu envolvimento com possíveis irregularidades na importação de máquinas de jogos.
- Paulo Leonel Michielon, sócio de casas lotéricas e presidente da Federação Brasileira de Empresas Lotéricas (Febralot).
- Hélder Silva Chaves, auditor-fiscal da Receita Federal que tem parecer referente à análise do aparelho Terminal de Captação de Apostas, constante do processo de importação de máquinas de jogos.
- Inhaúma Neves Ferraz, professor da Universidade Federal Fluminense, para prestar depoimento sobre laudo pericial relativos à guia de importação de máquinas de jogos junto à Receita Federal.
- Marcos Olivier Dalston, professor da Universidade Federal Fluminense, para prestar depoimento sobre laudo pericial emitido pelo professor Inhaúma, da mesma universidade.

Cópia de depoimentos na Polícia Federal

- Maurílio de Assis Vieira Filho, Romualdo Wilson Cançado, Orlei Claro de Lima, Luiz Otávio Mourão, Zildo José Heleodoro dos Santos, Ruy Barquete Santos, Marcos Tadeu de Oliveira Andrade, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira, Magda Kiehl e Egton de Oliveira Pajaro Júnior, envolvidos de alguma maneira no contrato milionário entre a Gtech e a MM Consultoria.

Documentos

- Requer à Polícia Federal o envio de cópia do processo aberto para apurar manipulação de jogos de futebol.
- Requer ao TCU a emissão de um laudo conclusivo, no prazo de 20 dias úteis, relativo a questões da Gtech e da Caixa Econômica Federal.

Ex-namorada defende Sombra

Na contramão dos irmãos de Celso Daniel, a ex-namorada do prefeito, Ivone Santana, contesta os depoimentos de João Francisco e Bruno Daniel, em especial sobre a relação fraternal dos três.

– Eu me sinto indignada por não ter sido ouvida pelo Ministério Público, porque eu e meus filhos também somos a família de Celso – ressaltou Ivone, que assistiu na CPI dos Bingos ao depoimento do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh.

Ela ponderou que João Francisco não era o confidente de Celso e que não havia proximidade entre os irmãos. Dizendo-se companheira de Celso nos últimos seis anos, Ivone afirmou que não acredita no envolvimento de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, na morte do prefeito.

– Até que provem em contrário, não tenho por que desconfiar dele – observou, ao complementar que o considera um amigo.

Irmão acha que propina estava sendo desviada

O segundo irmão do prefeito assassinado de Santo André a depor na CPI dos Bingos, Bruno Daniel, ratificou as afirmações feitas pelo primogênito João Francisco, em setembro, entre elas a de que, logo após o assassinato, Gilberto Carvalho teria confidenciado a eles o esquema de caixa dois eleitoral do PT no município.

– Há evidências de que havia um esquema de corrupção do PT, que acabou sendo desviado para outras finalidades – disse o depoente, em referência ao que João Francisco chamou de caixa três, ou seja, o desvio de parte da propina por Sérgio “Sombra” Gomes da Silva, já indiciado pela morte do prefeito, pelo então secretário municipal de obras, Klinger Luiz de Oliveira Souza, e pelo empresário de transporte coletivo Ronan Maria Pinto.

Com relação ao porquê de Carvalho ter confidenciado a entrega do dinheiro arrecadado a José Dirceu, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) avaliou que poderia ter sido um aviso para que a família “não investigasse demais”.

– É uma possibilidade forte, que deve ser considerada como “tomem cuidado com o que vão fazer ou poderão manchar a honra de Celso”, mas isso não evita que a família busque a verdade – concordou o depoente.

Bruno alegou não poder contar tudo o que sabe para não atrapalhar as investigações, mas enumerou uma série de provas e indícios que levam a família e o Ministério Público a rejeitar por completo a hipótese de crime comum. Ele contestou os dados sobre a existência de uma vítima, empresário da Ceasa, que inicialmente seria o seqüestrado.

– Não dá para aceitar a tese de que uma quadrilha organizada iria seqüestrar qualquer um que passasse num carro importado, escolhendo de forma aleatória a nova vítima – ponderou o senador Romeu Tuma (PFL-SP).



Bruno Daniel

Greenhalgh diz que fita pode esclarecer crime

Após ter sido citado em depoimento de João Francisco Daniel, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) pediu para expor à CPI dos Bingos seu trabalho de acompanhamento das investigações do caso, especialmente entre janeiro e setembro de 2002.

O deputado disse acreditar nos resultados apontados pela Polícia Civil de São Paulo, que definiu o crime como extorsão mediante seqüestro, seguido de morte. Greenhalgh, porém, observou ser normal que a família dê prosseguimento às apurações do crime, uma vez que, depois de muitas solicitações, o inquérito foi reaberto.

Para o parlamentar, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, – amigo e segurança de Celso Daniel, que dirigia o veículo, que foi interceptado pela quadrilha, e apontado como mandante do crime – apenas “amarelou” diante da situação.

Greenhalgh frisou ainda que existe uma fita, com o pastor Paulo Mansur Adade, que poderá esclarecer a reação de Sombra no momento do seqüestro. “Essa fita precisa aparecer porque teria a imagem do seqüestro”, ressaltou, ao completar que o pastor, por diversas vezes, manteve contato com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas se recusaria a aparecer por temer represálias.

Buscas da Polícia Federal e da Receita Federal não identificaram a existência de Paulo Adade, que, segundo Suplicy, possivelmente teria lhe passado um nome falso.

– Esse caso parece que nunca terá solução, será como a morte de Paulo César Farias e Suzana Marcolino – comparou Greenhalgh.

Ele destacou que o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lhe pediu para acompanhar todo o caso. “Disse que iria começar pelo Sombra, mas após as investigações feitas na favela Pantanal, onde atuava a quadrilha, fui demovido da idéia do crime político e passei a acreditar no crime comum”, explicou.

Greenhalgh não crê na existência de caixa dois na prefeitura de Santo André, nem nas afirmações dos irmãos Daniel sobre o suposto envolvimento do chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho.

COMISSÕES



Jefferson Péres (D) foi escolhido, por acordo, para elaborar novo projeto corrigindo falhas do anterior

CCJ aprova e gestão florestal vai a Plenário

Todas as terras públicas com área superior a 2.500 hectares destinadas à concessão para exploração sustentável deverão ter o contrato previamente aprovado pelo Congresso Nacional. Esse foi um dos quatro pontos acordados na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que tornou possível a aprovação, sem modificação, do projeto de lei do Poder Executivo que regulamenta a gestão de florestas públicas para a exploração sustentável.

O projeto (PLC 62/05), que já foi deliberado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), tramita em urgência constitucional e será agora sub-

metido ao Plenário, logo após a votação das medidas provisórias que trancam a pauta.

Em nome do acordo de líderes fechado na terça-feira com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a CCJ rejeitou o substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que havia feito várias modificações à proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

Pelo acordo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) deverá apresentar novo projeto de lei, que tramitará também em regime de urgência, corrigindo as falhas do PLC 62/05. Jefferson disse que somente apresentará a proposta quando a nova lei for sancionada.

Dois dos pontos acordados já

constam da Constituição federal. A determinação de que as terras destinadas à concessão com áreas superiores a 2.500 hectares sejam aprovadas pelo Congresso Nacional é um deles (parágrafo 7º do artigo 49). O outro ponto é a exigência de que as terras destinadas à concessão que estiverem em áreas de fronteira sejam previamente submetidas ao Conselho de Defesa Nacional. Pelo inciso II do artigo 20, essa faixa compreende as áreas de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres.

– O grande erro desse projeto foi a urgência constitucional. Mas temos que concordar que ele representa avanços para essa questão – afirmou o senador José Agripino (RN), líder do PFL.

Impacto na Amazônia ainda é alvo de críticas

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) criticou o acordo que permitiu a aprovação do projeto de gestão de florestas.

– A proposta não resolve a situação das populações tradicionais da Amazônia e vai beneficiar apenas os grandes empresários do setor madeireiro – ressaltou, sublinhando que a experiência de cessão florestal no Acre teve “resultados desastrosos”.

Mesquita Júnior afirma que não é contrário ao manejo florestal, e que não se enquadra no perfil de “conservacionista ao extremo”, mas acredita que, sem os ajustes necessários, o projeto poderá penalizar populações tradicionais e ainda deixar o Brasil na condição de “exportador de madeira bruta barata”. Ele condenou a permissão, para grupos privados, da exploração “de imensas florestas por 40 anos”.

Contrário ao acordo fechado

com a ministra Marina Silva, o relator da matéria na CCJ, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), não abriu mão de seu parecer, mas foi derrotado. Ele não acolheu as 23 emendas oferecidas pelos senadores, mas apresentou substitutivo com muitas alterações. Em relação à gestão direta de florestas nacionais, estaduais e municipais, Mozarildo mantém o texto original, que propõe que o poder público poderá firmar, com terceiros, convênios, contratos ou instrumentos similares, com duração limitada a 120 meses.

– A cessão de florestas deveria passar pelo crivo do Senado – disse, chamando o projeto de “inconstitucional e de alto risco”.

Por sua vez, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que a CCJ ouviu os esclarecimentos necessários. Sibá lembrou que 80% das áreas da Amazônia devem ter cobertura florestal primária

e que, com o projeto, essa reserva legal seria explorada de forma sustentável. Ele procurou tranquilizar os senadores preocupados com a soberania da Amazônia, argumentando que será feito o recadastramento de terras acima de 100 hectares. Já Pedro Simon (PMDB-RS) não se convenceu e se disse surpreso. “O Brasil não consegue fiscalizar as queimadas e a biopirataria, imagine controlar centenas de milhares de hectares em concessões que durarão 40 anos”.



Mesquita Júnior, contrário à proposta: madeireiros serão únicos beneficiados

EMPREGO

Frente discute como gerar empregos

O impacto da política econômica na vida do trabalhador brasileiro foi o tema central do encontro realizado pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego. Convidados e parlamentares concordaram que o país vive um momento de pouco desenvolvimento econômico.

O crescimento, na avaliação do economista João Sicsú, depende de redução drástica na taxa de juros e da elevação da taxa cambial pelo Banco Central.

– Juros mais baixos nos deixariam livres para praticar uma política fiscal agressiva e uma política cambial favorável às exportações. O momento é propício, pois não existem entraves econômicos para

o corte de juros. É inaceitável que os títulos públicos apresentem maior rentabilidade que o capital produtivo – disse.

Sicsú alertou ainda para a necessidade de o país mudar sua pauta de exportações. Abrir mão das matérias-primas, de valor pequeno, em benefício dos produtos manufaturados, que exigem menores investimentos em infraestrutura para o seu escoamento, em vez de se estimular a exportação de produtos básicos.

Já o economista da Universidade de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann vinculou o aumento da oferta de empregos a investimentos maciços em tecno-

logia e educação. Caso contrário, afirmou, o Brasil estará fadado a produzir postos de trabalho de baixa qualidade.

– Nosso déficit primário não é resultado de aplicações produtivas. O déficit é financeiro, não gera nenhum emprego e a nossa política econômica é pró-concentração de renda – assinalou.

Presente ao debate, o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a política de juros.

– Nós, do PT, sempre lutamos a favor da diminuição na taxa de juros, mas chegamos ao governo e a situação não mudou. Esta é uma questão que ainda não consigo entender – disse.



Crivella (segundo da esquerda para direita), com economistas reunidos pela Frente Parlamentar

Pesquisa revela: cresce número dos que têm salários menores

A pesquisa “Perfil do Trabalhador Formal Brasileiro”, que verificou o empobrecimento do trabalhador, trouxe preocupação aos parlamentares que discutem as consequências da política econômica no mercado de trabalho. Entre 2001 e 2003, passou de 58,1% para 64,2% o percentual dos que recebem menos de R\$ 900, com a diminuição, no mesmo período, dos que ganham mais de três salários mínimos.

Apesar do aumento do número de trabalhadores com carteira assinada, houve perda do nível de renda e concentração do trabalho formal na faixa que vai de um a três salários mínimos.

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), presidente da Frente Parlamentar do Pleno Emprego, chamou atenção para a situação dos trabalhadores.

– São mais de 20 milhões de brasileiros sem condições de cuidar de suas famílias porque

não conseguem uma oportunidade justa de emprego – disse Crivella.

A dificuldade de se conseguir o primeiro emprego também ficou clara na pesquisa feita pelo Serviço Social da Indústria (Sesi). Entre os trabalhadores com carteira assinada, apenas 19,5% têm menos de 24

anos, índice que não acompanha a faixa etária da população.

Outro dado que chama atenção diz respeito à escolaridade dos trabalhadores:

mais da metade dos pesquisados não completou o ensino médio. E a concentração de empregos com carteira assinada é menor justamente entre as camadas com menor escolaridade.

Os homens continuam detendo a maioria dos empregos formais e nas faixas de rendimento maiores. Por outro lado, o grau de escolaridade das mulheres é sempre maior do que o dos homens.

Houve perda do nível de renda e concentração do trabalho formal

COMISSÕES

Meirelles: contas no exterior sem controle

Ao prestar conta dos resultados das políticas monetária, de crédito e cambial relativos ao primeiro semestre do ano, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), na quinta-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, foi provocado a explicar a origem dos recursos utilizados pelo empresário Marcos Valério para abastecer o caixa paralelo de campanhas de parlamentares petistas e da base governista, fatos sob investigação no Congresso.

Sem referência direta ao caso, Henrique Meirelles disse que o BC não tem como fiscalizar quem possui contas no exterior e mobiliza os recursos para dar suporte a empréstimos levantados em bancos nacionais. Quanto ao fato de os bancos Rural e BMG terem emprestado recursos ao empresário sem adequadas garantias, esclareceu que o papel do Banco Central, nessas situações, fica limitado a exigir das instituições a imediata provisão dos recursos para prevenir a possível falta de pagamento.



Segundo Henrique Meirelles, Banco Central não tem como fiscalizar utilização de recursos provenientes do exterior

– Acredito que é preciso, sim, respostas para esta pergunta, tanto que estamos aguardando a conclusão dos trabalhos do Congresso – afirmou Meirelles, salientando que a postura do BC tem sido de absoluta colaboração nas investigações das comissões de inquérito, mas nos limites de sua competência.

Críticas aos juros altos e superávit

Críticas ao elevado nível dos juros no país e ao superávit feito

pelo governo para pagar a dívida pública foram recorrentes na audiência. Entretanto, nenhum reparo feito pelos parlamentares alterou a convicção demonstrada pelo presidente do BC – que enfrentou na CMO uma manifestação de servidores da instituição por aumento salarial – em relação ao acerto da política adotada.

A prestação de contas semestral ao Congresso é uma exigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Política nacional de irrigação inclui participação da iniciativa privada

O setor privado poderá ser autorizado, por meio de concessão, a implantar e operar projetos de irrigação de utilidade pública destinados à indução do desenvolvimento de regiões socioeconômicas, à prevenção e combate de impactos ambientais como a desertificação ou para fins estratégicos e de segurança nacional. A ação está prevista no substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Simon justifica que o substitutivo ao PLS 229/95 não se limitou a legislar sobre os projetos

públicos de irrigação, mas também tratar da irrigação privada, responsável por 90% de toda a atividade no Brasil. Ele destacou o sucesso alcançado da agricultura irrigada no país, particularmente na produção de frutas. Porém, lamentou que o padrão tecnológico adotado restrinja a atividade apenas a grupos com alto capital e defendeu soluções mais adequadas à agricultura familiar no Nordeste.

Outro substitutivo de Simon aprovado pela CRA determina que proprietários rurais podem ser obrigados a realizar a recomposição da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente localizadas nos limites de suas terras.

Alternativas para o semi-árido

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), recebeu na quarta-feira uma versão preliminar do Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-Árida.

O estudo, que deverá estar concluído até o final deste ano, foi apresentado pelo presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, em um café da manhã que contou com a participação dos senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e César Borges (PFL-BA).

Provas da CPI da Exploração Sexual irão para o Ministério Público

As provas sigilosas colhidas durante os trabalhos da CPI Mista da Exploração Sexual Infantil, em poder do Senado, devem ser encaminhadas ao Ministério Público para que a responsabilização dos culpados seja possível. Essa foi a conclusão da audiência pública realizada na quarta-feira pela comissão temporária criada para acompanhar, até 15 de dezembro deste ano, a implantação e a execução das recomendações contidas no relatório final da CPI.

A vice-presidente da Comissão Mista Especial da Criança

e do Adolescente, deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT), disse que os documentos guardados no Senado precisam ser especificados e separados por unidades da Federação para que a parceria com o Estado se concretize. Para a relatora da comissão, deputada Maria do Rosário (PT-RS), a exploração sexual é um tema complexo porque está relacionado ao trabalho, à pobreza e à cultura do povo brasileiro. Rosário salientou que o combate a esse tipo de crime exige ações especialmente em âmbito local, além daquelas em nível internacional, para acabar

com a exploração comercial de crianças e adolescentes.

Já a procuradora regional do Trabalho e coordenadora de combate à exploração do trabalho de crianças e adolescentes, Eliane Araque dos Santos, ressaltou que entre as ações implantadas pelo Ministério Público junto à sociedade civil está o “Termo de Ajustamento de Conduta”, um documento, assinado por donos de hotéis e de restaurantes e motoristas de táxi, que se comprometem a ficar atentos ao acesso de crianças e adolescentes a serviços prestados por eles.

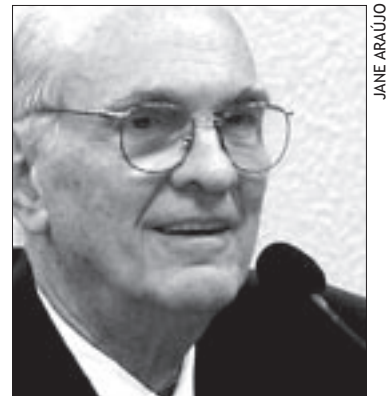
Saturnino preside Relações Exteriores

Roberto Saturnino (PT-RJ) foi eleito na última quarta-feira presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para o biênio 2005/2006, em substituição a Cristovam Buarque (PDT-DF), que deixou o cargo vago após ter saído do Partido dos Trabalhadores (PT). O posto continua a ser ocupado por um senador petista, devido aos critérios de proporcionalidade de bancada definidos no começo deste ano, por ocasião do início dos trabalhos nas comissões permanentes. Eleito com 14 votos, Saturnino foi o único indicado ao cargo pelo partido.

– Eu vou ser um fiel seguidor de Cristovam. A heterodoxia é uma marca de seu caráter, consciente e de responsabilidade – adiantou Saturnino, ao falar sobre o trabalho que pretende fazer na comissão.

Cristovam Buarque, que continuará a integrar a comissão, acompanhou a eleição de Saturnino. Ele pediu o empenho de todos os senadores para a criação da Subcomissão Permanente das Forças Armadas, no âmbito da CRE.

A comissão tem como vice-presidente o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e possui 19 membros titulares, com igual número de suplentes. Segundo o Regimento Interno do Senado, compete à CRE opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, comércio exterior, indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente, Forças Armadas de terra, mar e ar, assuntos referentes à Organização das Nações Unidas (ONU) e outros temas correlatos.



Roberto Saturnino, único indicado ao cargo pelo PT, foi eleito com 14 votos

Contratos não poderão ter letras pequenas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou na terça-feira, em decisão terminativa, projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) exigindo que os contratos de adesão passem a ser impressos em caracteres superiores ao corpo dez. O PLS 192/05 altera o Código do Consumidor (Lei 8.078/90) e tem a finalidade de facilitar a compreensão das obrigações assumidas pelo consumidor.

O senador explicou que o projeto foi inspirado na proposta de Romeu Tuma (PFL-SP), que determinou tamanho mínimo para impressão de bulas de medicamentos.

– É comum o uso de caracteres minúsculos nos instrumen-

tos de contratos disponibilizados no mercado de consumo, o que dificulta sensivelmente a leitura das cláusulas contratuais – justificou Paim.

Em seu relatório, Serys Slhessarenko (PT-MT) salientou que a medida visa coibir abusos cometidos por fornecedores de produtos ou serviços.

Também foi aprovado pela comissão, projeto de Demostenes Torres (PFL-GO), em forma de substitutivo, para obrigar o fornecedor a disponibilizar ao consumidor, no momento da reclamação, enquanto o produto estiver em reparo, outro objeto idêntico ou similar ao adquirido. O substitutivo, de Ney Suasuna (PMDB-PB), volta à CMA para votação suplementar.

Aprovado Dia Nacional do Teste do Pezinho

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira, em decisão terminativa, projeto do senador Flávio Arns (PT-PR) instituindo o Dia Nacional do Teste do Pezinho, a ser celebrado anualmente em 6 de junho. O PLS 190/05 servirá para conscientizar a população sobre a importância do Programa Nacional de Triagem Neonatal, de acordo com emenda apresentada pela relatora da matéria, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Realizado em recém-nascidos, o teste do pezinho permite a identificação e o tratamento precoce de doenças como a fenilcetonúria, hipotireoidismo

congenito, fibrose cística e anemia falciforme, que podem provocar retardo mental.

Também foi aprovado na CE em decisão terminativa projeto de lei da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (Univat), no município maranhense de Imperatriz (PLS 224/05). A Univat será criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e receberá transferência de seus saldos orçamentários, conforme emendas apresentadas pelo relator da proposta, senador Edison Lobão (PFL-MA).

PLENÁRIO Com 28 modificações aprovadas no Senado, medida que altera regras tributárias segue em debate

Principais mudanças acolhidas pelo Senado:

- **Dívidas das prefeituras com a Previdência** - a grande mudança foi a repactuação desses débitos das prefeituras, suas autarquias e fundações, beneficiando cerca de 2 mil municípios. As dívidas acumuladas até 30 de setembro poderão ser quitadas em 240 parcelas; o prazo atual é de 60 meses;
- **Retenções indevidas** - outro benefício foi viabilizar o pagamento do valor que as administrações anteriores descontaram dos funcionários e se apropriaram indevidamente. Os atuais prefeitos poderão parcelar em 60 vezes os débitos comprovados até o final do ano passado;
- **Condições para a renegociação** - a correção permaneceu pela taxa Selic (o relator queria pela TJLP, inferior à taxa atual); houve abatimento de 50% nos juros de mora incidentes sobre parcelas em atraso; e a prestação mínima deverá ser de 1,5% da média anual da Receita Corrente Líquida (RCL) do município;
- **Simples** - no final da votação, Romero Jucá voltou a incluir o reajuste da tabela de enquadramento no imposto simplificado para as micro e pequenas empresas, aprovado na Câmara. Os limites dobraram de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil de receita bruta anual no caso das microempresas e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões para as pequenas. O governo pretende vetar a alteração e negociar novo desenho do Simples na Lei Geral, acelerando a tramitação da MP na Câmara, onde o relator é Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR);
- **Requisições judiciais de pequeno valor** - questão que emperrou a votação da MP na Câmara, a emenda permite à União adiar para o exercício seguinte o pagamento de decisões dos juizados especiais federais, que julgam ações de até 60 salários mínimos (R\$ 18 mil) quando os recursos orçamentários forem insuficientes. O governo teme o descontrole de gastos desse tipo, que já atingiram R\$ 5 bilhões para um orçamento de R\$ 3,3 bilhões em 2005;
- **Regionalização de incentivos** - a União poderá arcar com até 60% da remuneração de mestres e doutores empregados em empresas que operem com inovação tecnológica nas áreas das agências de desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA). Para as demais, o benefício caiu de 50% para 40%. Outro benefício

reduziu o Imposto de Renda retido na fonte em 20% para os royalties pagos até 2008 e em 10% até 2013, relativos ao mesmo contrato de transferência de tecnologia, desde que o dobro do valor abatido seja aplicado em pesquisa. A exigência cai para uma vez e meia para empresas que atuem nas áreas da ADA e Adene;

- **Zona Franca** - reduziu-se a exigência dos fabricantes de monitores com tubo de imagem para a obtenção de incentivos. Eles terão de aplicar em pesquisa e desenvolvimento 4% (e não mais 5%) do faturamento bruto decorrente desses produtos;

- **Prazo para incentivos** - os projetos implantados até 2013 nas áreas de atuação da ADA e Adene terão garantidos dez anos de incentivos (até no máximo 2023). Foi rejeitada a emenda do senador José Sarney (PMDB-AP), primeiro relator designado para a MP do Bem, que ampliava benefícios para as áreas de livre comércio, como isenção de IPI em caso de uso de matérias-primas locais.

- **Setor elétrico** - o Senado suprimiu o destaque aprovado na Câmara que autorizava o retorno da cobrança cumulativa do PIS/Pasep e Cofins nas contas de energia elétrica pagas pelos segmentos residencial, rural, público e de iluminação pública, com alíquota de 3,65%, inferior ao sistema não-cumulativo atual de 9,2%. A decisão foi criticada pelos ex-ministros de Minas e Energia e senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e José Jorge (PFL-PE). A medida implicaria perda fiscal de R\$ 525 milhões. Na Câmara, o governo propõe redução apenas aos usuários de baixa renda, via nova MP;

- **Leite e queijo caseiros** - a isenção de PIS/Pasep e Cofins foi incluída por emenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) na votação em Plenário, com o compromisso de a tributação ser reinstituída se for comprovado o aumento da importação de leite em pó; mas caiu o crédito presumido de 80% para o produtor de leite, o que provocou reação dos ruralistas.

- **Meio ambiente** - O Senado suprimiu dispositivo que transferia a órgão federal competência para definir critérios da compensação por danos potenciais do impacto ambiental do projeto. A competência permanece com órgãos estaduais e municipais.

MP do Bem depende de acordo na Câmara



Com 28 modificações aprovadas no Senado na última quarta-feira, o novo texto do Projeto de Lei de Conversão 23, a chamada MP do Bem (Medida Provisória 252), emperrou na Câmara. A sua votação depende dos entendimentos que poderão ser costurados pelo presidente da Casa, Aldo Rebelo, para viabilizar a aprovação da MP, mesmo com o possível quórum baixo em razão do feriado de quarta-feira. As duas sessões deliberativas da semana estão marcadas para esta segunda, às 14h, e terça, às 9h. Só assim a MP, a maior desoneração fiscal do governo Lula até agora, continuará valendo após 13 de outubro, quando perde sua eficácia.

- O Senado fez um trabalho rápido. Será um vexame se não votarmos a MP dentro do prazo - lamentou Custódio Mattos (PSDB-MG), relator da MP na Câmara. Dos 120 dias que o Congresso dispõe para examinar e votar a MP, o Senado só consumiu 13, concluindo a votação no dia 5

de outubro.

A principal contribuição dos senadores foi a renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS (*ver quadro ao lado*). Oposição e governo comprometeram-se, durante os debates no Plenário, a encontrar alternativas para os municípios que possuem regime próprio de previdência.

No entanto, a MP transformou-se em uma "colcha de retalhos", como criticou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o que está dificultando sua aprovação. Originalmente desenhada para estimular os exportadores, a MP 252 foi abrigo de benefícios fiscais para diversos setores. Ainda nem se sabe o tamanho da desoneração fiscal que ela embute.

Mattos informou que deverá manter as principais mudanças aprovadas no Senado. Mas depois de várias reuniões com os líderes partidários e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, na quinta-feira, ele avisou que, além do dispositivo que empurrou para

o exercício seguinte o pagamento de decisões dos juizados especiais federais contra a União, quando não houver previsão orçamentária suficiente, deverá dar parecer contrário a outras quatro modificações introduzidas no Senado.

Os opositoristas não aceitam mudanças de última hora feitas pelo governo, como as alterações na Lei de Licitações, por exemplo, dispensando de licitação áreas inferiores a 500 hectares na Amazônia Legal, e na Lei Geral de Concessões.

Outra providência de Mattos será restabelecer dois artigos que foram excluídos no Senado. Um deles favorece as concessionárias de água e esgoto na apuração da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. O outro autoriza a cobrança cumulativa da Cofins com alíquota de 3%, inferior aos 7,6% incidentes no sistema não-cumulativo, para o fornecimento de energia elétrica produzida por fontes alternativas, como solar e eólica.

Senado inclui renegociação de dívidas de prefeituras com o INSS



Romero Jucá (D), relator da MP 252 no Senado, debate com colegas na sessão em que ela foi aprovada

Benefícios estão ameaçados de perder validade

Não houve acordo para votação simbólica do novo parecer do deputado Custódio Mattos, relator na Câmara da MP do Bem. Com ameaças de verificação de quórum e interrupções, a tensão durante sessão do Plenário da Câmara, na quinta-feira, chegou ao ápice quando o 1º secretário da Casa, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), ameaçou agredir o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Com esse clima, segundo o relator, não é possível prever o que poderá acontecer.

O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) disse que falou aos

senadores da sua suspeita de que o governo está operando para fazer caducar a MP. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, resistiu a retirar o dispositivo que adia para o exercício seguinte o paga-

Sessão para aprovar parecer teve ameaça de agressão entre deputados

mento de pequenos valores decorrentes de decisões dos juizados especiais federais contra a União, quando os recursos orçados forem insuficientes. O PFL comandou os protestos alegando que isso atinge diretamente aposentados e pensionistas, que respondem pelo maior número dessas ações.

Se não houver entendimento sobre a questão, a MP do Bem

corre o risco de não ser votada dentro do seu prazo de vigência. Os benefícios introduzidos pelo Congresso, como a renegociação das dívidas das prefeituras, não poderão ser concedidos. E ficarão apenas os que foram definidos no texto original da MP e obtidos durante os 120 dias de vigência.

A Constituição determina que comissão formada por deputados e senadores editem decreto legislativo em 60 dias após a perda de eficácia da MP. Se isso não ocorrer, os benefícios fiscais concedidos no prazo de vigência continuarão regidos pelo texto original da MP. No entanto, ela não poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa. Ou seja, não poderá conceder os mesmos benefícios após 13 de outubro.



PLENÁRIO

Greve de fome dá força à revitalização

O projeto do governo de transposição de águas do rio São Francisco apresenta uma "farsa técnica" e uma "fraude política", resumiu da tribuna na sexta-feira a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), ao comentar a greve de fome do bispo Luiz Flávio Cappio, de Barra (BA), em protesto contra o projeto do governo. Segundo ela, a melhor saída para se colocar um fim nas discussões sobre a viabilidade e a necessidade da transposição do rio seria uma consulta à população, a exemplo do referendo sobre o desarmamento.

Ela contestou dados do governo de que a obra iria atender cerca de 12 milhões de pessoas, somente no chamado nordeste setentrional. Para Heloísa Helena, os canais de irrigação "irão passar longe das regiões mais secas", atingindo assim apenas 3% do semi-árido nordestino. Isso quer dizer, destacou a parlamentar, que a medida não beneficiará a população mais pobre e muito

menos matará a sede de milhões de pessoas, como apregoam os defensores do projeto.

Para o senador Efraim Moraes (PFL-PB), o fim da greve de fome do bispo encerrou mais um capítulo "dessa interminável novela" em que se transformou a proposta de transposição de águas do rio São Francisco para abastecer o Nordeste semi-árido.

Efraim elogiou ainda a condução "serena e ponderada" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no episódio, pois, de acordo com o senador, procurou o diálogo, expôs seus argumentos, dispôs-se a rever eventuais desacertos do projeto e demonstrou que a obra tem um cunho social "legítimo e inquestionável". Ele lembrou que a atitude do bispo não reflete a posição da Igreja Católica, que apóia o projeto de transposição.

PEC pode ser solução

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 27/01, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pode solucionar o impasse em torno da transposição. A matéria, acolhida pelo Senado em 2002, tramita na Câmara e institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco.



Canais de irrigação "irão passar longe das regiões mais secas", diz Heloísa Helena

Alvaro Dias: governo não cumpre promessa feita a dom Luiz Cappio

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou, na sexta-feira, a atitude do governo de não cumprir a promessa feita ao bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, de adiar o início das obras de transposição do rio São Francisco a fim de discutir melhor a proposta com a sociedade.

Dom Luiz Cappio fez greve de fome para tentar impedir a transposição. O senador afirmou que autoridades do Executivo apareceram na televisão na manhã de sexta-feira confirmando a continuação do cronograma da obra.

– Ontem [quinta-feira], o governo enganou o bispo, que saiu do encontro com o ministro Jaques Wagner dizendo que as obras seriam suspensas. Palavra de honra não há no atual governo – comentou.

Alvaro criticou ainda declarações do presidente Lula sobre suposto "excesso de democracia" que haveria no governo de Hugo Chávez, na Venezuela. Ele disse que Chávez é conhecido internacionalmente como "supressor das liberdades democráticas".

Mão Santa: população é a vítima da crise

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou na última sexta-feira que a população é a verdadeira vítima da crise política provocada pela série de denúncias de irregularidades. Ele não concorda com as declarações do senador José Sarney (PMDB-AP), que, nos Estados Unidos, classificou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "vítima da crise".

Segundo Mão Santa, Sarney quis, certamente, ser elegante com o presidente Lula, mas acabou sendo injusto com o povo brasileiro.

O senador piauiense disse que as maiores vítimas no Brasil são os assalariados.

Antero: Lula insiste na versão de que nada sabia

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) condenou a recorrente afirmação do presidente Lula de que não sabia o que acontecia em seu partido e no seu governo. Para o senador, a insistência de Lula é uma falta de respeito à inteligência dos parlamentares. Ele alertou para o fato de que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) ficarão desmoralizadas se não forem esclarecidas as denúncias de corrupção envolvendo o governo, com a punição dos responsáveis.

O senador disse ainda que está preocupado com as "articulações de bastidores" que tentam impedir as investigações



Antero Paes de Barros

sobre o "mensalão", preservar mandatos de parlamentares, além de manter vivo o governo. Nesse sentido, Antero propôs que o Congresso Nacional aja com rigor na apuração dos crimes, identificação e punição dos culpados.

– O povo brasileiro não aceita que todo esse episódio acabe em pizza. Muito menos numa pizza barbuda – asseverou.

Paulo Paim cobra ampliação de crédito para estados exportadores

O senador Paulo Paim (PT-RS) condenou a decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de não repassar aos estados os recursos destinados ao pagamento dos créditos para os exportadores, previstos na Lei Kandir, que isentou, em 1996, todas as exportações do recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pela legislação, cabe ao governo federal repassar aos estados a verba para ressarcimento dos

créditos a que os exportadores têm direito pela isenção fiscal.

O parlamentar se disse "perplexo" com a decisão do governo, que tem sido criticada também pelos governadores do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e São Paulo.

O representante gaúcho aproveitou para defender uma reforma tributária menos onerosa aos empregados, mais justa para a sociedade brasileira, e que também fomente as exportações.

Momento econômico é bom para reformas, afirma Edison Lobão

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o Brasil deve aproveitar a fase positiva pela qual passa a economia mundial para realizar reformas, especialmente a tributária. Segundo o parlamentar, a simplificação do sistema tributário e a reforma fiscal estimularão os empreendimentos no país, inclusive internacionais, com o conseqüente desenvolvimento econômico.

Entre 1994 e 2002, informou Lobão, o governo arrecadou R\$

73,1 bilhões com a privatização, mas, conforme explicou, 96% dos recursos foram usados para amortizar a dívida pública. Ele destacou também a necessidade de diminuir o tamanho do Estado, desonerar a produção, modernizar as relações trabalhistas e a legislação sindical, solucionar a questão da economia informal – visando universalizar as contribuições para a Previdência Social – e melhorar a eficácia da arrecadação.

Presidência



Ao discursar na abertura do seminário "Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência", na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, embora a participação das mulheres no mercado de trabalho venha crescendo, elas ainda sofrem uma "discriminação absurda". O debate foi inspirado em tese de mestrado elaborada por Tânia Fontenele, sobre a representação feminina em postos de topo de carreira no governo federal.

Participaram do evento a coordenadora da Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria; e o senador Edison Lobão (PFL-MA).

Curtas

CABO VERDE - Em visita oficial ao Brasil, o presidente da República de Cabo Verde, Pedro Verona Rodrigues Pires, foi recebido na terça-feira no Congresso pelos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros. Pedro Pires pretende incrementar as negociações em torno de temas de cooperação bilateral, especialmente a participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde.

CONASS - O secretário de Saúde do Pará, Fernando Dourado, entregou ao presidente Renan Calheiros, na terça-feira, nota técnica elaborada pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) que avalia o impacto das armas de fogo na saúde da população e pretende subsidiar as secretarias estaduais sobre o resultado parcial da campanha do desarmamento e sobre o referendo que será realizado em 23 de outubro.

NÚMERO DE VEREADORES - O senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA) apresentou na sexta-feira, em Plenário, proposta de emenda à Constituição (PEC) para conceder às câmaras municipais o poder de fixar o número de seus vereadores, de acordo com os critérios de extensão territorial, dimensão populacional e a realidade socioeconômica de cada município. O objetivo do parlamentar é resgatar a situação constitucional anterior às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reduziram o número total de vereadores no país.

CUIDADOS PALIATIVOS - Em atenção a pessoas portadoras de doenças incuráveis e a seus familiares, a data de 8 de outubro foi marcada como o Dia Mundial de Cuidados Paliativos. A comunicação foi feita na sexta-feira por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico. Segundo conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), cuidados paliativos consistem na assistência ativa e integral aos pacientes cuja doença já não responde mais a tratamento curativo, com o principal objetivo de garantir a melhor qualidade de vida para o portador da moléstia e para seus familiares.

Voz do Leitor

REFORMA AMBIENTAL

“Há oito anos os hectares de terras destinados à criação de unidades de conservação ambiental não chegam a 10% dos milhões de hectares destinados à reforma agrária. A reforma ambiental é tão ou mais importante que a reforma agrária, porque garante a preservação da natureza para as presentes e futuras gerações.”

Aníbal Tavares Bezerra, de Teresina (PI)

EMPREGOS

“Sugiro que o senador Paulo Paim apresente um projeto de lei para proibir a contratação de pessoas já aposentadas pelas instituições públicas, exceto para cargos de confiança. Com todo o respeito aos aposentados, acho uma falta de humanidade eles tomarem as escassas oportunidades de emprego de quem realmente necessita. Num país que tem um dos índices mais altos de concentração de renda e de desemprego, tal medida diminuiria a desigualdade social. Os aposentados deveriam ocupar-se com outros tipo de serviço.”

José Roberto Vieira da Silva, de Aracati (CE)

CRIME DE PARLAMENTAR

“Sugiro uma proposição que altere o Código Penal e extinga a prisão especial. Qualquer crime praticado por parlamentares deve ser respondido em fórum comum, pois é preciso respeitar o princípio de igualdade previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no art. 5º da Constituição federal.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920 Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

CRIMINOSOS

“Ao invés de a polícia esconder o rosto dos indivíduos quando são presos, deveria divulgá-los. A população precisa saber quem são os criminosos.”

Manoel Carvalho, de Rio Bonito (RJ)

CORRUPÇÃO

“Senador Efraim Moraes, sugiro que acompanhe de perto o envolvimento do presidente da República nas denúncias de corrupção em seu governo e, também, em relação ao pagamento de mesada a parlamentares, o chamado 'mensalão'. Caso fique provado, acredito que o presidente deveria entregar o cargo.”

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

PROGRAMAS SOCIAIS

“Sugiro que se apresente um projeto de lei para que todo dinheiro de origem da corrupção e da lavagem de dinheiro seja revertido para programas sociais. Será que o efeito capitalismo *versus* ganância tirou todo senso de responsabilidade de alguns políticos para com o povo?”

Joenilson Batista Santos, de Salvador (BA)

MÚSICAS

“Senador Maguito Vilela, solicito providências para que haja controle quanto à veiculação de músicas na mídia, pois muitas letras são debochadas e impróprias para tocarmos em rádio e na TV.”

Divino Machado da Silva, de Nerópolis (GO)

Pergunte ao Senador

SÍNDROME DO PÂNICO

Alexandre Ferreira Amorim, de Santo Amaro (SP)

“Senador Paulo Paim, minha esposa tem 22 anos e desde os 16 sofre da síndrome do pânico. Ela foi acompanhada pelo Hospital das Clínicas e agora é atendida por psiquiatras no posto de saúde do SUS. Tendo em vista que ela não pode trabalhar, existe possibilidade de ela requerer algum tipo de benefício do INSS?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Caro Alexandre, para quem nunca contribuiu para a Previdência Social existe o Amparo Assistencial ao Idoso e ao Deficiente. Segundo o *site www.previdenciasocial.gov.br*, trata-se de “benefício destinado a pessoas que não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social. Têm direito ao amparo assistencial os idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e os portadores de deficiência incapacitados para o trabalho e uma vida independente. Para ter direito ao benefício, é preciso comprovar renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Além disso, essas pessoas não podem ser filiadas a um regime de previdência social nem receber benefício público de espécie alguma”. Preocupado com a exigência do baixo valor da renda *per capita* para concessão do benefício da Lei Orgânica da Assistência Social, apresentei o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que propõe a alteração da Lei 8.742/93, com a seguinte redação: “A família incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa é aquela cuja renda mensal seja inferior a dez salários mínimos”.



ENSINO MÉDIO

Wilson Colares da Costa, de Teófilo Otoni (MG)

“Senador Alvaro Dias, com relação ao Projeto de Lei 4/05, de vossa autoria, que introduz no ensino médio do país as disciplinas de Sociologia e Filosofia, existe previsão para que a matéria seja aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Caro Wilson, o Projeto de Lei 4/05 está pronto para ser votado na Comissão de Educação do Senado, com parecer favorável do relator, senador Paulo Paim. Como a pauta do Congresso foi atropelada pelas denúncias de corrupção no governo federal, é difícil precisar uma data para a votação. Tenho a expectativa de que, diante da relevância, a matéria seja aprovada ainda este ano. A inclusão da Sociologia e da Filosofia no currículo é necessária para consolidar a base humanista do educando. As duas disciplinas têm a função de articular o indivíduo e contribuir para o reconhecimento da identidade social e de uma compreensão crítica da relação entre o homem e o mundo.



Frases

“O governo enganou o bispo, que saiu do encontro com o ministro Jacques Wagner dizendo que as obras de transposição do São Francisco seriam suspensas. Palavra de honra não há no atual governo”

Alvaro Dias, ao afirmar que, logo após o bispo Luiz Flávio Cappio ter interrompido a greve de fome, autoridades do governo confirmaram a continuação da obra.

“Quero a transposição, mas não quero morte. Quero a transposição, mas não à custa de vidas de brasileiros, à custa da transgressão à lei”

José Agripino, ao defender que a transposição do São Francisco, embora benéfica para seu estado, deve respeitar o acordo que prevê o uso das águas apenas para o consumo humano.

“O atraso nas votações da CPI é um desserviço ao Congresso Nacional, contribuindo para a desmoralização da classe política”

Delcídio Amaral, que na semana passada ameaçou deixar a presidência da CPI dos Correios caso não tivessem fim as manobras que impediam os trabalhos.

“Estamos dando uma resposta negativa à opinião pública. Se não aprovarmos nada, estaremos fazendo parte desse processo de enganação dos eleitores”

Amir Lando, que pediu ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, empenho para a aprovação da reforma eleitoral ainda neste ano.

“Faleceu aquela que era a primeira-dama brasileira da viola”

Ramez Tebet, em homenagem à violeira Helena Meirelles, falecida aos 81 anos.

“Só gente decente trabalha para a Gtech. O corrupto é o senhor”

Marcelo Rovai, diretor da Gtech, respondendo ao advogado Rogério Buratti durante a acareação na CPI dos Bingos entre ele e Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira, Enrico Gianelli e Buratti.

Foto da Semana

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes (C), teve trabalho para conter o bate-boca entre cinco acusados de participação em irregularidades na renovação do contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech para operação de loterias. Segundo o relator da comissão, Garibaldi Alves, a superacareação serviu para comprovar as denúncias



MÁRCIA KALUME

RESENHA

As memórias da mais tradicional rua carioca

ALEXANDRE GUIMARÃES

“A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana; indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; até hoje, porém, ainda não referiu a quem quer que fosse a sua própria história.”

Assim, Joaquim Manuel de Macedo – autor de clássicos da literatura brasileira como *A Moreninha* e *O Moço Loiro* – inicia a descrição de um dos logradouros mais conhecidos e tradicionais da Cidade Maravilhosa. *Memórias da Rua do Ouvidor*, volume 41 das Edições do Senado Federal, reúne um conjunto de

crônicas publicadas em 1878, no *Jornal do Commercio*.

Ler *Memórias* é passear pela história de uma rua desde quando era apenas o Desvio do Mar, formado em algum ano entre 1568 e 1572. Por acordo geral dos colonos, passaria a se chamar Rua de Aleixo Manuel, em homenagem a alguém que seguiu na história incógnita – não obstante, Macedo toma a liberdade de romancear uma possível história da personagem.

Em 1659, passa-se a homenagear outro ilustre desconhecido: torna-se Rua do Padre Homem da Costa. A partir de então, correu o risco de ser chamada Rua do Lobisomem, resultado de uma mentira que virou lenda.

Uma contenda, na metade do século 18, entre dois nomes – Rua do Cabido e Rua do Amotinado – só foi resolvida quando da chegada do dr. Francisco Berquó da Silveira em 1780. Nomeado ouvidor da comarca, dr. Berquó foi morar na memorável rua, que, conseqüentemente, tornou-se a Rua do Ouvidor.

Memórias é muito mais do que descrição histórica. Deve ser lido como um romance de várias gerações de cariocas que a atravessam sem notar que fazem parte de mais de 400 anos de histórias.



A Rua do Ouvidor, em foto do início do século 20: nomes e histórias

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Memórias da Rua do Ouvidor*, volume 41 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 30 no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Conheça o Senado



Mais importante ação parlamentar, a proposta de emenda constitucional precisa ser aprovada pelo Plenário do Senado

SENADO



Tebet e Maciel ouvem Agaciel Maia no lançamento da nova edição da *Revista de Informação Legislativa*

Lançada coletânea de artigos legislativos

O Senado lançou, na semana passada, nova edição da *Revista de Informação Legislativa*. A publicação traz 21 artigos produzidos por alunos das turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) em 2003.

O evento contou com a presença dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Marco Ma-

ciel (PFL-PE), da vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione Alves Nina, além do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Entre os artigos destaca-se "Ouvidoria parlamentar: uma proposta para o Senado Federal", de autoria da analista legislativo Ilana Trombka, que explica as origens da ouvidoria no Brasil.

Já o artigo "A comunicação do Senado e o direito à informação",

apresentado pela jornalista Valéria Ribeiro, diretora da Agência Senado, trata dos direitos humanos fundamentais.

Com tiragem de 2 mil exemplares, a edição especial da revista premia os alunos que obtiveram as melhores notas entre as duas primeiras turmas formadas pela Unilegis. Porém, todos os 80 trabalhos finais estão à disposição dos interessados na Biblioteca do Senado.

TSE nega liminar contra comunicação do Senado

O ministro substituto José Delgado, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou liminar à representação (RP 804) ajuizada pela Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, contrária à proibição da venda de armas no Brasil. A frente reclama de suposta desigualdade de tratamento na veiculação de notícias sobre o referendo na Rádio, na Agência e no *Jornal do Senado*. A representação será enviada para parecer da Procuradoria Geral Eleitoral e, depois, submetida a julgamento do plenário do TSE.

Parlamentares defendem TV em canal aberto

Uma pane elétrica no sistema interno de transmissão de TV provocou debate no Plenário sobre a necessidade de transformar a TV Senado em emissora por sinal aberto. O 1º secretário da Mesa, Efraim Morais (PFL-PB), anunciou que as transmissões com sinal aberto começarão em março, nas cidades de Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus.

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a transformação da TV Senado em canal aberto para que todas as sessões do Plenário e de comissões possam ser acompanhadas pela maioria dos brasileiros.

Como é feito o trabalho parlamentar

A atuação dos senadores é composta por uma série de ações voltadas especialmente à representação dos estados e do Distrito Federal, que atuam na apresentação de proposições, nas discussões e deliberações das matérias e nos pronunciamentos à sociedade.

Entre as proposições, os senadores estão habilitados a apresentar propostas de emenda à Constituição (PECs), projetos, requerimentos, indicações, pareceres e emendas.

Para que iniciem sua tramitação no Senado, a PEC deve ter o

apoio de, no mínimo, um terço dos senadores (27), ou ainda pode ser apresentada por mais da metade das assembleias legislativas (14).

Podem ainda os senadores apresentar projetos de lei, com matéria de competência do Congresso Nacional, sujeita à sanção do presidente da República; projetos de decreto legislativo, referente a matéria exclusiva do Congresso Nacional; e projetos de resolução, sobre assuntos de competência exclusiva do Senado.

Os requerimentos abrangem

uma série de questões, como as referentes a informações, homenagens de pesar e de voto de aplauso, ou semelhantes.

Na indicação, o senador ou os membros de uma comissão sugerem que determinado assunto seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, visando ao esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

Os senadores são escolhidos ainda para apresentar relatório com parecer sobre as proposições discutidas nas comissões do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade e Suely Bastos
Reportagem: Cintia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck (61) 3311-1620
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias Dantas de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Eleitor decide sobre a venda de armas

O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido? Os eleitores estão convocados a comparecer às urnas no dia 23 de outubro para responder a essa pergunta. É a segunda vez que um referendo acontece no Brasil (a primeira foi em 1963). Também termi-

na no dia 23 o prazo para a entrega de armas, com direito a indenização. Depois disso as armas registradas ainda poderão ser entregues à Polícia Federal, mas sem recompensa. Posse ilegal de arma de fogo é crime, com pena de um a três anos de detenção e multa.

O referendo está previsto no artigo 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). A lei mudou as regras para o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição. A proibição da comercialização só entrará em vigor após o resultado.

Neste *Especial Cidadania*, há informações sobre a votação, os projetos em tramitação que alteram o Estatuto do Desarmamento e cinco razões para votar "sim" ou "não", de acordo, respectivamente, com as organizações não-governamentais Viva Rio e Movimento Viva Brasil.

Quando e como vai ser a votação

► **Data:** dia 23 de outubro, domingo.

► **Horário:** de 8h às 17h (os eleitores que estiverem na fila até esse horário poderão votar).

► **Local:** o cidadão deve votar em sua seção eleitoral, cujo número consta do título de eleitor. Segundo a assessoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os jornais farão a divulgação dos locais de votação.

► **Quem deve votar:** todos os que estiverem em dia com a Justiça Eleitoral. O voto é facultativo para quem tem entre 16 anos e 18 anos (incompletos), maiores de 70 anos e analfabetos. Para os maiores de 18 anos, entretanto, a votação é obrigatória.

► **É permitida boca-de-urna no dia da votação?** Não. Valem as mesmas regras das eleições políticas.

► **Propaganda:** termina no dia 20 de outubro o prazo para a realização de debates e de di-

vulgação da propaganda gratuita no rádio e na televisão por parte das frentes parlamentares.

Sim, não, branco ou nulo?

A votação para o referendo será totalmente informatizada e a urna eletrônica é a mesma utilizada nas eleições anteriores. Na hora do voto, o eleitor terá quatro opções: sim, não, branco ou nulo. Veja como votar em cada uma delas:

NÃO – aperte a tecla "1", confira a informação na tela e aperte a tecla "Confirma".

SIM – digite a tecla "2", verifique a tela da urna e aperte a tecla "Confirma".

BRANCO – aperte a tecla "Branco" e a tecla "Confirma".

NULO – digite qualquer número diferente de 1 ou 2. A urna avisará que o número digitado é inválido. Depois, aperte a tecla "Confirma".

O eleitor pode mudar sua escolha, desde que não tenha apertado a tecla "Confirma". Para isso, basta apertar a tecla "Corrige" e reiniciar a votação. No referendo, os votos brancos e nulos não são computados.

A partir do dia 18, e até 48 horas depois do encerramento do referendo, como dispõe o artigo 236 do Código Eleitoral, nenhum cidadão poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

Quem não votar deve justificar

Quem não puder votar deve justificar a ausência perante a Justiça Eleitoral. Segundo o TSE, a partir do dia 13, o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral estará disponível nas zonas e postos eleitorais de todo



Os eleitores terão à disposição quatro opções de voto no dia do referendo sobre o comércio de armas: sim, não, branco ou nulo

o país e nos sites dos tribunais regionais eleitorais (TRES).

No dia 23, o eleitor deve comparecer aos locais destinados ao recebimento das justificativas com o formulário previamente preenchido e munido do título de

eleitor ou documento de identificação, das 8h às 17h. Quem não justificar a falta no dia do referendo poderá fazê-lo em até 60 dias, por meio de requerimento dirigido ao juiz da zona eleitoral em que é inscrito.

CINCO RAZÕES PARA DEFINIR O SEU VOTO



Logomarca escolhida pela frente parlamentar contra as armas

Armas foram feitas para matar. O Brasil é o país em que mais se mata e mais se morre por arma de fogo no mundo. É o único país que não está em guerra em que se morre mais por arma de fogo (30% das causas externas) que por acidente de carro (26%) [Ministério da Saúde, 2002].

Ter armas em casa aumenta o risco, não a proteção. Segundo o FBI, "para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes".

A maioria dos casos de violência é por motivos fúteis. Em São Paulo, segundo a Divisão de Homicídios da Polícia Civil [SP, 2004], o primeiro motivo para homicídios é "vingança" entre pessoas que se conhecem e que não estão envolvidas com atividades criminosas.

Controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime. Bandido não compra arma em loja, mas são as armas compradas em lojas que vão parar nas mãos dos criminosos. Em 2003, a Polícia Federal registrou o roubo de 40 mil armas legais no Brasil.

Menos armas, mais vidas. Pesquisa do Ministério da Saúde (2005) revela que o índice nacional de mortes por arma de fogo foi reduzido em 8,2% em 2004, ano em que teve início a campanha do desarmamento e entrou em vigor o estatuto. É a primeira vez em 13 anos que cai o número de mortos por essa causa no país. A queda foi verificada em comparação a 2003. Isso representa 3.234 vidas salvas!



Frente a favor do comércio das armas escolheu marca ligada à Bandeira

Não abra mão do seu direito à vida, à legítima defesa e à propriedade. Não abra mão da opção de poder comprar arma e munição. Hoje você não quer. E amanhã? Experiências internacionais mostram que a proibição não reduz a criminalidade.

Bandido não compra arma em loja. A compra de arma de fogo e munição é regulamentada e fiscalizada pela Polícia Federal e pelo Exército. Acabar com a arma não acaba com os crimes. Proibir o comércio aumenta o

contrabando.

Armas ilegais usadas em assaltos, seqüestros e brigas de gangues não são registradas. O bandido não será desarmado com o fim do comércio de armas. O desafio é tirar dos bandidos o armamento proibido que não é comprado em lojas.

Dados sobre os 39 mil assassinatos por ano não são corretamente detalhados. As estatísticas não detalham e não divulgam que 97% dos assassinatos são causados por balas perdidas, brigas de gangues, confrontos entre policiais e bandidos, e ainda guerra entre quadrilhas.

A cultura da impunidade faz no Brasil o ambiente favorável à prática de crimes. Para cada cem homicídios, apenas oito são resolvidos e, destes, só dois têm os autores presos. Taxas de homicídios são desproporcionais à quantidade de armas registradas. O Rio Grande do Sul tem sete vezes mais armas e uma taxa de homicídios quatro vezes menor do que Rio de Janeiro e São Paulo.

Projetos que podem alterar o Estatuto do Desarmamento

No Senado

PLS 212/05 – Exige a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo. Do senador César Borges (PFL-BA).

PLS 237/04 – Do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), permite a cessão aos órgãos de segurança pública das armas entregues.

Na Câmara

PL 3.346/04 – Do deputado Lobbe Neto, admite o porte de arma a policiais aposentados.

PL 4.869/05 – Do ex-deputado

Roberto Jefferson, autoriza o porte de arma para advogados.

PL 5.048/05 – Do deputado Roberto Gouveia, acaba com a autorização automática para o porte de arma de juizes, procuradores e promotores, que ficam sujeitos às exigências do Estatuto do Desarmamento.

PL 5.053/05 – Do deputado Sérgio Caiado, concede aos moradores de áreas rurais o porte de arma de fogo dentro da propriedade.

PL 5.415/05 – Da deputada Edna Macedo, autoriza o porte de arma de fogo pelos oficiais de Justiça.

PL 5.852/05 – Do deputado Jair Bolsonaro, institui o porte de armas a militares federais com estabilidade funcional.

PL 5.905/05 – Regulamenta a aquisição de armas de fogo por integrantes das Forças Armadas, policiais, guardas municipais, guardas prisionais, auditores e técnicos da Receita Federal, funcionários de empresas de segurança e praticantes de tiro esportivo. Do deputado Josias Quintal.

PLP 130/04 – Do deputado Vander Loubet, faculta o porte de arma a defensores públicos.

Informações

Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bl. T,
70064-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 3429-3000
Disque-Desarmamento: 0800-729-0038 (ligação gratuita)
www.justica.gov.br

Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa
Presidente: deputado Alberto Fraga (PFL-DF)
Tel.: (11) 3662-4262/2414
www.votonao.com.br

Frente Parlamentar Brasil Sem Armas
Presidente: senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Tel.: (61) 3468-1010
www.referendosim.com.br

Movimento Viva Brasil
Tel.: (11) 3167-7045
www.movimentovivabrasil.com.br
contato@movimentovivabrasil.com.br

Movimento de Resistência ao Crime
fale@atequando.com.br
www.atequando.com.br

Pela Legítima Defesa
www.pelalegitimadefesa.org.br

Viva Rio
Tel.: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br